

ATA DA REUNIÃO DE 31/05/2021

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO

Texto definitivo da ata n.º 9/2021 da reunião ordinária realizada no dia 31 de maio de 2021, iniciada às 16:00 horas e concluída às 19:30.

ORDEM DO DIA
REUNIÃO DE 31 DE MAIO DE 2021

1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 8 DE 17 DE MAIO DE 2021.

2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- a) Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2020;
- b) Integração do Saldo da Gerência Anterior;
- c) Atribuição de Distinções Honoríficas;
- d) Aprovação da delimitação de 48 Áreas de Reabilitação Urbana no Concelho do Fundão;
- e) Aprovação da minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município do Fundão e a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas;
- f) Aprovação da minuta do protocolo a celebrar entre o Município do Fundão, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Fundão;
- g) Aprovação da minuta do protocolo de parceria a celebrar entre o Município do Fundão e o Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional, COTHN-CC;
- h) Aprovação da minuta do protocolo de cedência a celebrar entre o Município do Fundão e a Cooperativa Agrícola dos Olivicultores do Fundão, C.R.L.; (retirado)
- i) Ratificação do protocolo celebrado entre o Município do Fundão e a ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul;
- j) Aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia da Soalheira;
- k) Aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia de Vale de Prazeres e Mata da Rainha;
- l) Atribuição de apoio financeiro – Associação Junta de Agricultores de Donas;
- m) Aprovação da doação do espólio do Prof. Hugues Michet de Varine-Bohan ao Município do Fundão;
- n) Aprovação da doação de diverso equipamento por parte da entidade Altran Portugal, SA ao Município do Fundão;
- o) Mobilidade intercarreiras entre órgãos ou serviços – consolidação da mobilidade interna de dois colaboradores.

4 – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA:

- a) Cátia Gil Fragoso – construção de habitação – Barroca;
- b) Miguel Sequeira Valente – ampliação de moradia unifamiliar – Vale de Prazeres;
- c) Vítor Manuel Duarte Barrau – ampliação de edificação destinada a moradia unifamiliar – Fatela;
- d) Álvaro Dias Gama – alteração e ampliação de habitação unifamiliar e anexo (legalização) – Janeiro de Cima;
- e) João Paulo de Moura Luz Rocha – alteração e ampliação de habitação unifamiliar (licenciamento) – Telhado;
- f) José António Cardoso Transmontano Trindade Isidro – legalização de habitação unifamiliar, anexo e muro de vedação – Escarigo;
- g) Arminda Páscoa Morgadinho Martinho – legalização e ampliação de moradia unifamiliar – Silvares;
- h) Cristina Isabel Batista Custódio – ampliação de habitação unifamiliar (licenciamento) – Lavacolhos;
- i) Carlos Marques Gil – legalização de obras executadas e alteração de moradia unifamiliar, anexos, piscina e muros de vedação – Silvares;
- j) Teresa Quelhas – Farmácia Silvares, Unipessoal, Lda. – ampliação de edificação destinada a comércio – Silvares;
- k) Maria Clara Dias Simões Gaspar – ampliação de edificação destinada a comércio e serviços – Janeiro de Cima;
- l) Joaquim Marques Francisco – construção de armazém agrícola – Alcongosta;
- m) Daniel Paulico Fradique – construção de armazém e legalização de arrumos – Fundão;
- n) Albert Edward Crick – legalização de armazém agrícola e piscina – Alpedrinha;
- o) António Geraldês Ramos – legalização e alteração de unidade de transformação de produtos agrícolas – Capinha;
- p) DUJOLUFA – Investimentos Imobiliários, S.A. – informação prévia para viabilidade de construção de habitação unifamiliar – Vale de Prazeres;
- q) Jorge Miguel Nabais Pereira – isenção de taxas – Souto da Casa;
- r) Aida Maria Porfírio Mendes – compropriedade – Castelejo;
- s) André Santos – compropriedade – Vale de Prazeres.

5 – INFORMAÇÕES:

- a) Balancete do dia 26 de maio de 2021.

ATA N.º 9/2021

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e um, nesta cidade do Fundão, no “Salão Nobre” do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião pública da Câmara Municipal do Fundão, sob a presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes, com a participação do Senhor Vice-presidente, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos e dos Senhores Vereadores, Dra. Joana Morgadinho Bento, Dra. Maria Alcina Domingues Cerdeira, Prof. Sérgio Miguel Cardoso Mendes, Dra. Ana Paula Coelho Duarte e Dr. Pedro Manuel Figueiredo Neto, tendo sido secretariada pela Diretora do Departamento de Administração e Finanças, Dra. Maria Isabel Carvalho Campos.

Seguidamente, o Senhor Presidente declarou aberta a presente reunião.

1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 8

Foi apresentada à Câmara a ata da reunião ordinária realizada no dia dezassete de maio do corrente ano, já do conhecimento de todos os membros do executivo.

Submetida a votação pelo Senhor Presidente, foi a mesma aprovada por unanimidade e assinada nos termos da lei.

Relativamente à ata da reunião ordinária realizada no dia dezasseis de abril, aprovada de forma condicionada na reunião anterior, a mesma não foi definitivamente aprovada porque por lapso dos serviços, não constava da Ordem do Dia.

2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção dando conta da homenagem prestada, durante o período da manhã deste mesmo dia, ao Senhor Engenheiro José Vieira Lopes Courinha, responsável pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira na região do Fundão a partir de 1974, e que deu início aos trabalhos de operacionalização do Regadio da Cova da Beira, até à sua reforma, em 2006. E acrescentou: “foi toda uma vida dedicada ao regadio, um dos grandes defensores, perante ventos e marés, momentos críticos, em que, várias vezes o

regadio esteve por um fio perante muitas contingências, e que levaram a que só se concluísse após quase cinco décadas, o que é certo, é que o levou até ao fim. Hoje, com os municípios e também com a presença do Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Rui Martinho, e dentro das contingências que temos em termos de gestão do número de lugares, fizemos na Moagem com a presença da família, a homenagem, e instituímos a criação de um evento, um Seminário que irá ter o seu nome, que teve hoje já a sua primeira edição, com o propósito, de dois em dois anos, fazermos uma reflexão sobre a questão dos regadios, da gestão da água, o que irá perpetuar o seu nome, para que não seja somente uma placa toponímica que foi também colocada na tomada Zero na Barragem da Meimoa, mas, sobretudo, algo que vá criando um planeamento para o futuro e uma reflexão para o presente, de uma temática que é civilizacional, mas que na nossa região tem uma repercussão enorme, como se notou com o regadio e aquilo que foi a criação de valor económico-social sem paralelo, que este regadio também promoveu nos últimos anos. Deixar aqui esta nota na reunião de câmara, e seguramente que todos nos associamos a este bem-haja, a uma pessoa que faleceu há sensivelmente um ano”.

Prosseguindo a sua intervenção referiu-se às comemorações do aniversário da criação do concelho do Fundão no dia 9 de Junho – Dia do Concelho, e das distinções honoríficas e recordou que “durante o presente mandato tivemos uma atribuição ao Povo do Fundão no seguimento dos incêndios, depois de um ano normal, o ano passado tivemos a questão da pandemia, e este ano, a proposta que trago, é que faz sensivelmente um ano que morreu o Senhor Vereador Paulo Águas, e considero que seria de todo, justo, e adequado, que ainda neste mandato, naquilo que são as nossas funções executivas, lhe possamos fazer o reconhecimento devido. Infelizmente, foi o primeiro Vereador em plenitude de funções e funções executivas, que faleceu, e nesse sentido, trago a proposta de lhe poder ser atribuído a Medalha de Ouro da Cidade do Fundão, por tudo o que fez antes e durante as suas funções executivas, todo o seu percurso multifacetado, pelos serviços prestados à região, ao concelho de uma forma geral e também ao executivo. Dizer que a cerimónia será feita no exterior da câmara municipal, salvo se situações climatéricas o não permitirem, teremos uma cerimónia que procuraremos que seja curta, onde se entregará esta distinção e também aos funcionários do município e dos Bombeiros. Iremos depois para a Escola Secundária do Fundão para inauguração de todas as obras de reabilitação e modernização do complexo escolar – Sede do Agrupamento do Fundão, feitas nestes últimos dois anos e iremos ter uma segunda inauguração de uma outra entidade, o Lar Residencial da APPACDM do Fundão, intervenção apoiada também pelo município, ou seja, iremos ter um equipamento educativo e um equipamento social a inaugurar no âmbito das

comemorações do 9 de Junho, estando, obviamente, todos convidados para poderem participar e terminará aqui o programa das comemorações. Por razões óbvias, não haverá parte festiva nem o tradicional almoço dos funcionários, como, infelizmente, já aconteceu no ano passado”.

Prosseguindo, deu ainda conhecimento da assinatura, no dia 26 de maio, de um contrato de financiamento para a construção de uma ciclovia intermunicipal, no âmbito da candidatura elaborada em parceria com o Município da Covilhã ao programa do Fundo Ambiental – Portugal Ciclável, e que contou com a presença do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Matos Fernandes.

Continuando a sua intervenção, deu ainda conta da realização de alguns eventos, nomeadamente;

- Mercado do Queijo, na Praça de Município, no dia 30 de maio no âmbito da 13^a edição da Feira do Queijo da Soalheira, que funcionou, parte presencialmente e também em formato *online*;

- 12^a Exposição Canina Nacional do Fundão, no dia 30 de maio, no Seminário do Fundão em que o público em geral pôde acompanhar toda a edição *online*;

- Apresentação pública da Feira Ibérica de Teatro, no dia 24 de maio, na Biblioteca Nacional, em Lisboa, de modo a promover uma maior participação de programadores e gestores culturais portugueses e espanhóis;

- Aniversário dos Bombeiros Voluntários, no dia 30 de maio, com a participação de todo o executivo. Aproveitou para sublinhar dois aspetos: “um que já aqui referi, que é termos passado em relativamente pouco tempo, cerca de três anos, de zero Equipas de Intervenção Permanente (EIP) para a possibilidade de ter-mos três equipas, com o esforço conjunto do município e da Associação dos Bombeiros e também, nesta última equipa, por parte do Estado por financiar cinquenta por cento do respetivo valor. Estas estruturas, de facto, têm vindo a concretizar-se depois de alguns anos de frustração, dado que o concelho do Fundão teve alguns anos em que não teve nenhuma equipa, apesar das múltiplas promessas, num tempo de espera um pouco exacerbado para termos algo que era óbvio, que é dos municípios onde a questão do risco, seja dos incêndios, seja de acidentes, seja a questão de ser atravessado por uma autoestrada, toda a sua rede viária, a sua dispersão de setecentos quilómetros quadrados, a sua população mais envelhecida, por muitos critérios, deveríamos ter sido dos primeiros a ser contemplados por estas equipas. Felizmente, também houve alguma alteração na descentralização, que nos ajudou a dar um passo imediatamente em frente, relativamente a alguns destes aspetos”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira.

Deu conta de algumas atividades de cariz cultural e educativo, nomeadamente, o programa “Maratonas com Orquestra de Bolso” em que a Orquestra Sem Fronteiras, constituída sobretudo por jovens da região dirigida pelo Maestro Martim Sousa Tavares, promove concertos pelas freguesias e aldeias do concelho e que neste momento já realizou quatro concertos, designadamente, em Alcongosta, Póvoa da Atalaia, Atalaia do Campo e Pêro Viseu. Salientou que este programa, com uma orquestra de cordas mais reduzida, tem uma apresentação completamente distinta, porque são concertos pedagógicos que leva o público a perceber todo o trabalho que o compositor teve na execução da peça. Disse também que tinha sido lançado no dia 28 de maio, Dia Internacional do Brincar, o programa “Brincar na Rua” que visa proporcionar a todas as crianças, o voltar a brincar na rua de uma forma menos organizada e mais espontânea, e que envolve os chamados *guardiões do brincar*, em que qualquer voluntário poderá fazer parte desta equipa mediante formação específica para poder desenvolver o trabalho com as crianças e com os pais, que poderá ser, em espaços públicos, bairros e jardins, havendo já seis *guardiões do brincar*. Apelou à adesão a este programa, para que, efetivamente, as crianças voltem a brincar na rua de uma forma responsável e segura. Deu também conta da realização de dois concertos, no dia 29 de maio, no Octógono “Cantar por um Futuro Melhor” organizados pelo Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto e Academia de Música e Dança com o objetivo de angariar fundos para a UNICEF, e que contou com a colaboração e participação da Dra. Florbela Valente, Diretora Geral dos Estabelecimentos Escolares. Enalteceu esta iniciativa pela solidariedade demonstrada pelas crianças que se associaram à UNICEF.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

Cumprimentar o executivo, os serviços administrativos, jovens estagiários que assistiam à reunião de câmara e também os senhores jornalistas. Iniciou a sua intervenção deste modo: “começar por nos associarmos hoje aqui, aliás só agora, porque só agora foi possível, na medida em que não recebemos nenhum convite para estar na homenagem organizada ao Senhor Engenheiro José Lopes Courinha, mas nunca é tarde, atendendo ao vulto e à pessoa que está em causa e, portanto, é aqui nesta reunião que nos associamos à homenagem hoje feita com a participação do município do Fundão. É, de facto, um homem de visão, hoje temos um programa nacional de regadios com mais de cinquenta e nove candidaturas aprovadas, são sessenta e sete mil hectares num investimento público de trezentos e noventa e dois milhões de euros e, de facto, é uma continuidade à missão de vida do Senhor Engenheiro José Lopes Courinha e era essa a nota que queríamos aqui deixar. Também, neste programa, relembrar a aprovação que foi o bloco da Marateca, num investimento de quinze milhões de euros que irá beneficiar dois mil hectares e que teve também, um projetista, que foi o Senhor Vereador Paulo

Águas e aqui, indo ao encontro das palavras do Senhor Presidente e não sendo este o ponto, mas também fez questão de o mencionar logo no início da reunião, se há homenagem que nós, enquanto vereadores sem pelouro, teríamos que nos associar de coração aberto e com a estima que temos ao Senhor Vereador, seria ao Doutor Paulo Águas e, portanto, no momento do Período da Ordem do Dia, iremos naturalmente votar, penso que será unânime essa votação nesta causa e, portanto, não há aqui qualquer tipo de dúvida e juntar-nos-emos a essa proposta de atribuição da Medalha de Ouro da Cidade do Fundão, bem como, aliás às outras medalhas, nomeadamente de bons serviços e aos senhores Bombeiros Voluntários que também este domingo tivemos oportunidade de saudar e de felicitar pelo nonagésimo quarto aniversário da Associação e por todo o seu trabalho, e entendemos também os reptos que foram lançados nessas cerimónias, e que aqui agradecemos o convite para estarmos mais uma vez presentes. Estive presente no concerto “Cantar por um Futuro Melhor” já referido pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira e queria deixar aqui um cumprimento, em especial, ao Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto e à Academia de Música e Dança do Fundão, porque, de facto, foi emocionante e contagiante ver a alegria dos meninos, que com responsabilidade adotaram aquela missão, que era angariar fundos para a UNICEF, e se a cantar podemos fazer mil e uma coisas, de facto, fazê-lo para ajudar os outros e para ajudar as crianças a serem crianças é, de facto, uma iniciativa de louvar e queríamos deixar aqui essa nota, ao Agrupamento, à Academia, aos alunos do 6ºC e do 8ºC do respetivo agrupamento e, naturalmente, às professoras, nomeadamente à Professora Sílvia que foi incansável durante todo o concerto”.

Prosseguindo, disse que queria abordar um outro assunto, até porque “foi a única reunião após a saída da notícia. No dia 21 de maio, em horário nobre na RTP 1, no programa “Sexta às 9”, foi divulgada uma peça jornalística em que o município do Fundão é um dos protagonistas, numa contratação pública polémica, ligada ao tema “Fundos Europeus”. De acordo com aquilo que saiu na RTP 1 no “Sexta às 9” a Câmara Municipal do Fundão é visada e relacionada com esses procedimentos contratuais que são questionáveis, nomeadamente com empresas associadas à INOVMAIS e, sem qualquer tipo de julgamento e numa atitude de responsabilidade, aquilo que nós aqui pedimos ao Senhor Presidente e com alguma urgência, e parece-me que o motivo é óbvio, que nos ceda todo o procedimento concursal, toda a informação que está relacionada com o mesmo, nomeadamente os protocolos que seguiram, e ainda, na integra, na medida em que nós, e o público, só viu e leu apenas excertos do mesmo, o comunicado do município do Fundão, e, portanto, é importante que nós, porque estes factos, pela data, estão relacionados com este mandato em que nós somos vereadores, é importante que nós tenhamos todas essas informações que acabo de referir e, nesse sentido, peço que nos seja

entregue todo o procedimento e o comunicado do contraditório que o município do Fundão fez, para termos a versão toda do município, porque está aqui em causa o município do Fundão, o seu bom nome e, nomeadamente, o nosso exercício enquanto vereadores nesta edilidade”.

Usou da palavra o Senhor Vice-presidente.

Cumprimentou todos os presentes. Relativamente ao processo de vacinação Covid-19 disse que “neste momento estamos quase com vinte mil doses de vacinas administradas no concelho do Fundão, na última semana foram administradas quase mil e oitocentas, quase 60% dessas doses já foram segundas tomas, o que é, de facto, um número muito significativo para aquilo que está a ser a operação de vacinação no concelho do Fundão. Dizer que temos um caso Covid-19, tínhamos um caso positivo a semana passada, que entretanto teve alta e hoje mesmo foi confirmado um caso positivo e neste momento está a ser rastreada toda a linha e cadeia de contágio, para que possa ser sustida.

Prosseguindo, deu conta de um incidente junto à Escola Nossa Senhora da Conceição em que “ruiu parte do muro de suporte do recinto exterior da escola, fruto de uma intervenção que estava a decorrer para alteração do Posto de Transformação que vai dar lugar ao Centro de Acolhimento de Empresas Tecnológicas-CAET, que descalçou parte do muro que ruiu e que neste momento está a ser contratualizada a sua reposição para que no espaço de um mês, possa estar tudo normalizado. Não houve nenhum incidente, exceto material, interditámos o troço, a Rua Padre Doutor José Mendes Gil e vamos procurar que no espaço de um mês, que apontará obviamente já para final do ano letivo, se reponha o muro todo em betão porque grande parte era em pedra”.

Continuando a sua intervenção, deu conta da apresentação da Campanha da Cereja com algumas inovações. “A primeira, muito associada ao contexto de pandemia que estamos a viver em que grande parte da animação será feita através de plataformas digitais. Foi apresentada também uma loja *online* de produtos do Fundão, www.produtosdofundao.pt, que arranca com cerca de setenta e cinco produtos, grande parte do setor agroalimentar, muitos derivados da cereja, a própria cereja que é possível encomendar à distância e também os que estão ligados às grandes marcas do Fundão, nomeadamente, queijo, enchidos, licores e vinho, que serão as grandes categorias que irão estar neste momento a animar esta loja, temos todos os mecanismos de pagamento facilitados e temos tido uma enorme procura desde que foi aberta, sobretudo, ligada à cereja e também ao queijo depois da Feira do Queijo na plataforma *online*, a procura tem sido muita, não estávamos a contar com tanta procura, o que nos levou já a limitar o número de caixas que conseguimos fornecer diariamente. Temos também algumas novidades, designadamente, ligadas à animação turística, ao vínculo do turista e daqueles que querem ter

ligação a esta terra, designadamente, através de uma campanha que já tinha alguns anos mas que contou este ano com uma grande inovação, que foi o apadrinhamento de cerejas para todos os bebés que nascerem durante o mês de junho em Portugal, que terão a possibilidade de apadrinhar uma cerejeira de forma gratuita, que será depois remetida a caixa para os pais e no futuro esse vínculo perdurará para essa criança sempre que visitar a sua cerejeira com o seu nome, obviamente, com a devida autorização para associar o seu nome a essa cerejeira, mas ficará para sempre com essa possibilidade de ser padrinho e ter direito a uma caixa de cerejas da sua cerejeira. Temos passeios de balão em ar quente, passeios em *Tuk Tuk*, piqueniques debaixo das cerejeiras, música, vamos ter também provas desportivas, BTT, atletismo e caminhadas, portanto, um vasto programa também alinhado com um conjunto de festivais gastronómicos ligados, não só à parte mais doce do fruto, mas também à parte gastronómica de todos os produtos que podem ser combinados com a cereja, nos restaurantes que vão estar durante o mês de junho associados a este programa, para além do programa de animação que vamos também continuar a promover, sobretudo, em Lisboa e no Porto”.

Deu ainda conta, relativamente à Feira do Queijo, da mostra feita na Praça do Município há semelhança do que já tinha sido feito na Maúncia, com animação através das plataformas *online*, e também com a presença de alguns dos produtores de queijo da Soalheira e que conseguiram algum resultado comercial pela presença de um conjunto de excursões que durante o fim-de-semana se deslocaram ao concelho do Fundão.

O Senhor Vice-presidente deu ainda conta, que em parceria com os CTT “instalámos um produto novo, sobretudo nesta região, os *Lockers*, que são Cacifos 24H com diferentes dimensões, que as pessoas poderão utilizar como resposta ao tráfego do *e-commerce*, em que, através das plataformas digitais, e porque nem sempre estão em casa, escolherem o depósito desses produtos que comprem, recebem depois um código digital e dirigem-se à plataforma, que estará instalada no Pavilhão Multiusos, e com o código abrem os cacifos onde estará o produto encomendado via *internet*. É uma inovação, procuraremos instalar mais no concelho do Fundão porque tem havido uma procura crescente deste tipo de respostas que facilitará muito a vida das pessoas no recebimento das suas encomendas”.

Referiu ainda a cerimónia de apresentação da nova geração do Europe Direct da Escola Profissional, promotora do Centro Europe Direct, que irá funcionar até dois mil e vinte e cinco no concelho do Fundão. “Uma vitória para a Escola Profissional ter esta plataforma, que é, digamos, um balcão da União Europeia ao serviço de toda a região da Beira Interior, e que soma um conjunto de valências já criadas nos últimos anos no concelho do Fundão, designadamente,

a Loja Europa Jovem e o Balcão Eurodesk que complementam e posicionam o Fundão na oferta de serviços da União Europeia, e que consideramos de grande relevância para a nossa região”.

Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira que divulgou os resultados da segunda edição do Concurso Supramunicipal de Ideias de Negócio, inserido no Programa Educativo ATUA “Cria o teu Futuro”, destinado aos alunos da Escola Secundária que teve a participação do Agrupamento de Escolas do Fundão, projeto que tem como objetivo estimular competências associadas ao perfil empreendedor, junto da comunidade escolar e potenciar o projeto ideias de negócio, inovadoras, sustentáveis e com impacto positivo para a região, uma iniciativa inserida também no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela. Felicitou as alunas Beatriz Isidro, Mariana Justino e Margarida Carvalho do 11ºCT2, que venceram o primeiro lugar do concurso “The Future Is You” orientadas pela professora Maria João Batista.

Prosseguindo, referiu-se à Festa da Cereja a ter lugar entre os dias 11 e 13 de junho, com grande parte da sua programação em formato *online*, destacando no entanto, algumas iniciativas presenciais e *online*, nomeadamente um concerto de Valéria Carvalho na Quinta Ciência Viva em Alcongosta, *Live Cookings*, teatros, passeios com crianças e que brevemente seria apresentado o respetivo programa cultural.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes interveio para questionar o Senhor Presidente sobre o apadrinhamento das cerejeiras, se era automático ou se os pais tinham que inscrever as crianças.

O Senhor Presidente interveio e disse que tinham que ser inscritos mediante o preenchimento de um formulário numa plataforma e que este registo também era relevante para a “fidelização às cerejeiras do Fundão, porque esse também é um dos grandes objetivos de um projeto como este. Esperamos que durante estes primeiros dias de junho, possamos ainda divulgar mais esse programa, para ver se até ao final do mês temos adesões que possam justificar a sua continuação no próximo ano”.

Prosseguindo, referiu-se ao *Lockers - Cacifos 24H*, como um projeto muito interessante do ponto de vista da flexibilidade de entregas de encomendas postais e que poderá ser um formato de circuito curto de aproximação entre os produtos locais e a sua entrega ao consumidor final.

Continuando a sua intervenção, e relativamente à área da educação, deu conta que tinham sido aprovadas “as ofertas de ensino profissional para o concelho do Fundão, concertadas no âmbito das CIM, já comuniquei ao Conselho Pedagógico da Escola Secundária e à Direção da Escola Profissional, assim como ao Agrupamento de Escolas do Fundão. Há dois aspetos que acho interessantes e que queria aqui partilhar. O primeiro prende-se com a questão das

migrações, e apresentei uma sugestão à Escola Secundária, e que teriam todo o apoio por parte do município, que complementando aquilo que é o nosso Centro de Migrações e até, tomando o Centro de Migrações como um próprio centro de aprendizagem e de estágio, com valências num contexto, obrigatoriamente, multicultural e multilingue, com pessoas especializadas nessa área, que a Escola Secundária pudesse avançar com uma oferta de nível quatro, que a partir do 9º ano de escolaridade, pudesse ajudar jovens que queiram integrar-se nessa linha, que seguramente terá no futuro grande relevância, para não dizer, grande necessidade no presente, para aquilo que é o entendimento do concelho do Fundão que pretende estar, naquilo que são as melhores práticas, enquanto terra de acolhimento. Relativamente à Escola Profissional, avançou este ano com uma proposta na área da programação mas também com uma especialização nas áreas tecnológicas, como sabem, temos apostado muito na área da programação de forma mais generalizada, naquilo que chamamos a formação avançada, as Academias de Código, quer seniores, quer juniores, mas queremos uma área que, até agora não tínhamos apostado o suficiente, e queremos que seja a nossa linha de intervenção na área das TIC's, porque, como sabem, nas TIC's temos uma área muito forte, na área de desenvolvimento de *software*, em termos gerais com fortíssimas empresas aqui a trabalhar, temos uma vertente também relevante na área do Agrotech, ou seja, das tecnologias aplicadas à agricultura, e também queremos apostar muito na parte de jogos *online* trazendo as indústrias criativas também para o centro daquilo que é a área da programação, setor, que hoje, superou pela primeira vez um outro setor de entretenimento, o mais relevante no mundo, o setor do cinema. Por isso, nos meses de setembro/outubro vai abrir o primeiro curso e um dos primeiros no País de nível quatro de programação, para jovens que aos quinze anos queiram apostar na área de programação orientada e especializada, na componente dos jogos eletrónicos e digitais”.

Prosseguindo a sua intervenção, referiu-se novamente ao evento do 94º Aniversário dos Bombeiros Voluntários porque “acho que todos nós que estivemos presentes sentimos um enorme orgulho em várias questões, mas há duas, que nos devem encher de orgulho, porque tivemos uma pessoa em concreto, uma pessoa que toda a gente conhece, a Senhora Enfermeira Fernanda Guterres, que não carece de apresentações. Já foi também agraciada pelo próprio município e agora recebe uma das maiores condecorações nacionais, e isso, obviamente, quando estamos a falar de condecorações a nível nacional, elas têm bastante relevância e, neste caso, diria, que para a pessoa, mais que a relevância que tem, é o merecimento que ela expressa, porque de facto, é uma das pessoas, em termos de devoção, compromisso, dedicação e missão, das mais importante das últimas décadas dentro daquilo que é a área da saúde, a área social e na parte dos bombeiros. A segunda condecoração, também é uma condecoração nacional a três

bombeiros, dedicada à bravura com o salvamento de uma bombeira, aquando de um dos incêndios mais violentos que tivemos no ano passado e até nos últimos anos que se iniciou entre Janeiro de Cima e Bogas de Baixo e que por pouco, nas suas primeiras horas, não culminava numa tragédia maior, se não fosse a bravura desses três bombeiros, que voltando atrás e pondo a sua vida em risco, salvaram uma outra bombeira de uma morte quase certa. Estes dois momentos, de registos diferentes, demonstram bem aquilo que é a nossa Associação de Bombeiros, aquilo de que ela é feita, a sua base social, a sua base voluntária, a sua base profissional e a sua base diretiva, que acho que são, de facto, elementos muito relevantes”.

Por fim, referiu-se à intervenção feita sobre o programa televisivo “Sexta às 9”. De seguida pediu para que o respetivo dossiê fosse entregue a todos os Senhores Vereadores. Disse que o assunto estava em auditoria interna, e que por esta razão não iria fazer grandes comentários, e que iria aguardar “uma intervenção mais orientada após a auditoria interna que está, de facto, a decorrer e com todas as informações que constam deste dossiê, todos nós possamos tirar algumas conclusões relativamente rápidas, sobre aquilo que possa ter acontecido relativamente a este assunto. Também dar conta que o município transmitiu com toda a transparência e com base documental todo este conjunto de elementos aqui colocados, e também, reiterar, a confiança que o município tem em toda a sua estrutura técnica que, obviamente, foi construindo os procedimentos e que vai operacionalizando todo este projeto, que tem corrido bem e que tem sido, de facto, um sucesso, relativamente àquilo que é a execução com o conjunto de agentes internacionais. Isto não é um projeto do município do Fundão, é um projeto internacional que reúne várias universidades e várias instituições europeias e que tem sido um sucesso. Estamos a falar de processos, que do ponto de vista de candidaturas europeias, são mais analisados, porque têm exatamente uma dupla certificação internacional externa ao concelho, que analisam, desde as faturas, aos procedimentos todos, também a contratação pública com entidades, refiro, duas entidades externas ao próprio concelho do Fundão, mas acho que quando lerem a cópia exatamente daquilo que enviámos para a RTP, que é essa primeira página e meia, que são dezassete pontos e depois tem, obviamente, toda a base documental que muito dela dá suporte àquilo que aqui foi referenciado. Sobre o programa em si, só depois de ter a auditoria interna é que terei uma opinião para expressar, e quando tivermos o relatório daremos de imediato conhecimento aos Senhores Vereadores”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento. “Antes de mais, agradecer, era previsível que fizéssemos esta questão, isto não tem nada a ver e o pedido que nós fizemos, é mencionado no “Sexta às 9” porque nós não tínhamos outro conhecimento. O Senhor Presidente alega que já tinham conhecimento antes, eu até percebo isso, até da própria informação que

aqui está de 10 de maio de 2021, anterior ao programa e, portanto, houve aí alguma campanha, digamos assim, e peço desculpa pela palavra, a soar, se o Senhor Presidente quiser esclarecer depois da auditoria, estará à vontade. Tivemos conhecimento por esta via, por esta campanha que sou e, portanto, foi só por isso que mencionámos o que sabíamos, se há outra, enfim, deixamos então para um momento posterior e que o Senhor Presidente, também tenha a amabilidade de nos ceder esse documento. Não posso deixar de referir, sobre a questão dos órgãos sociais, há tanta forma de se perceber os órgãos sociais, temos uma certidão permanente em que constam os órgãos, temos um registo que é o RCBE que tem todos os beneficiários efetivos das empresas, há vários instrumentos ao nosso dispor para validarmos essas circunstâncias, mas também estou, digamos, expectante em relação àquilo que será a auditoria interna e até as próprias recomendações para melhorar os procedimentos, e cá estaremos também para contribuir em relação a essa matéria, porque, de facto, o que importa é agirmos em legalidade ou na legalidade, e impedir que o nome do Fundão esteja associado a este tipo de situações”.

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2020

O Senhor Presidente apresentou à Câmara os documentos de prestação de contas do exercício de 2020, integralmente elaborados de acordo com a Resolução do Tribunal de Contas n.º 02/2020, publicada na 2ª Série do Diário da República no dia 23 de dezembro de 2020, e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.

A Câmara Municipal do Fundão em reunião pública, realizada no dia 31 de maio de 2021, tomou conhecimento e deliberou, por maioria e em minuta, com cinco votos a favor e dois contra, aprovar os Documentos de Prestação de Contas de 2020.

Não foram apresentadas declarações de voto.

Votaram contra, os Senhores Vereadores Dra. Joana Bento e Prof. Sérgio Mendes.

Usou da palavra o Senhor Presidente.

Iniciou a sua intervenção com um voto de “louvor público à Dra. Isabel Carvalho e a toda a sua equipa, porque passou, digamos, um calvário técnico, nos últimos dois meses relativamente à elaboração das Contas, e por duas razões. Uma, porque o modelo mudou, já não são apresentadas no modelo do POCAL e a segunda, porque a AIRC, a associação de municípios que tem toda a plataforma digital das contas dos municípios, com a mudança do sistema, foi um caos com as fórmulas de análise que saem automaticamente das plataformas digitais, mas,

independentemente disso, o importante é que temos a garantia de que a nossas, correspondem àquilo que são as Contas do Ano 2021 e vou, sucintamente, fazer a apresentação dos seus pontos mais relevantes. O ponto mais relevante, independentemente do que vamos discutir a seguir, é seguramente o que aconteceu durante estas últimas semanas, que foi, de facto, bastante difícil e desgastante para todos, nomeadamente para os serviços que tiveram que fazer e refazer várias questões manualmente depois da introdução dos dados e da atualização pela AIRC, que foi, de facto, e digo, penosa, porque não consigo dizê-lo de outra maneira, até à última da hora, com questões que tiveram que ir sempre sendo ajustadas. Em termos absolutos tivemos um orçamento de cerca de € 33.916,455,08 com um valor executado de € 31.190,401,87 e com uma taxa de execução de 92%, que é só, a taxa mais elevada da história do concelho do Fundão. Dizer que é um orçamento, que não pode deixar de estar marcado pela questão do Covid-19, mas que reconheço, que em termos gerais, teve de alguma forma resposta nas diferentes áreas de execução do município, que não foram tão negativas como inicialmente poderíamos todos pensar, perante um ano em que, basicamente, durante nove meses estivemos em estado de calamidade/emergência. Relativamente às receitas correspondeu bastante bem, pela percentagem de execução que já referi, na componente das despesas, naquilo que foi o impacto do Covid-19 tivemos cerca de um milhão de euros e entre redução de algumas receitas nalguns capítulos, e o aumento da despesa noutros, não é mau, inclusive diria que é bastante interessante, porque até pensei que a meio do ano passado, com o estrangulamento económico e até com a execução dos próprios programas e projetos, pensei que o impacto orçamental na câmara municipal fosse bastante maior, o que não aconteceu. No capítulo do investimento corpóreo, praticamente mantivemos a mesma capacidade do ano passado, que já tinha sido um ano muito melhor do que os anteriores, estávamos com cerca de seis milhões de euros de investimento anual e agora estamos nos cinco milhões e setecentos, num ano em que durante nove meses, empreitadas e empreiteiros, tiveram que parar, alguns de forma temporalmente mais aguda, outros, felizmente, muito menos, de uma forma geral, aumentaram bastante as transferências para as entidades, passamos de dois milhões e meio de euros para dois milhões setecentos e cinquenta, ou seja, cerca de dez por cento das transferências gerais, muitas como resposta mais diretas no âmbito do Covid-19. Em termos de despesa de pessoal, houve um aumento de cerca de 3% em resultado do aumento do valor do ordenado mínimo e de reposições remuneratórias, e as despesas correntes gerais também aumentaram cerca de dois por cento com algum realce para as despesas mais conectadas com o Covid-19. Houve uma alteração de prioridade, mas depois da sua agregação, os números estão numa linha orçamental que, felizmente, há uns anos a esta parte, de facto, fomos tendo. Cumprimos os três grandes

indicadores do nosso Plano de Apoio Municipal do FAM; despesa de pessoal inferior a 30% da despesa efetiva; aquisições de bens de capital inferior a 15% e do ponto de vista da dívida tivemos uma redução bastante significativa, passámos de cinquenta e oito milhões seiscentos e trinta para cinquenta e quatro milhões duzentos e quatro, ou seja, uma redução de quatro milhões e quatrocentos e com uma redução do índice de endividamento também bastante significativa, dados bastante acima daquilo que, ao segundo ano de execução do plano, nós teríamos que cumprir, ou seja, estamos, de facto, muito à frente daquilo que eram os nossos compromissos em termos de execução e dar também conta que reduzimos o passivo com um resultado operacional que passou de seis milhões cento e noventa e quatro, para sete milhões e sessenta e cinco. São dados todos eles comparáveis com o POCAL, agora CNC, podemos tê-los como confiáveis e são comparáveis, porque com a alteração entre o POCAL e o CNC há alguns indicadores que deixaram de ser analisados sobre os mesmos parâmetros, e sobre esses, podemos depois também referenciar algum deles, de acordo com aquilo que possa merecer também alguma argumentação ou alguma informação que nos possa vir a ser colocada. Por isso, é um orçamento, que do ponto de vista das suas áreas e execução está bastante dentro daquilo que era espectável, as questões do emprego, as componentes dos equipamentos sociais e de educação, que têm aqui um peso importante em diferentes parâmetros e que não poderia deixar de ser, ainda há pouco referenciei que vamos inaugurar um dos maiores investimentos de obra pública já realizados, que rondou muito perto dos três milhões de euros em termos de intervenção global, o Centro Escolar do Fundão e que, sobretudo, no ano 2019 teve, obviamente, uma parte muito significativa da sua execução física e também financeira. Referir também que da parte do IMT, talvez tenha sido até o valor que mais me surpreendeu, não estava mesmo à espera, foi com alguma surpresa que, mais uma vez, superámos um milhão de euros de arrecadação de IMT, num ano em que tivemos muito travão em vários investimentos, a dinâmica é suficientemente forte para termos um dos dados mais relevantes, também de sempre na área do IMT. Não é o recorde, mas estamos muito acima daquilo que era a média dos anos entre 2016 e 2018, cuja média andou nos seiscentos e trinta e dois mil euros, e num ano tão difícil, pensei, de facto, que não se mantivesse essa dinâmica, mas, no meu entender, tem aqui dois destinatários fortes, que foram duas áreas que se mantiveram muito fortes mesmo até hoje, e que também o sentimos. Na parte da construção civil, na área privada, de facto, há uma dinâmica que se sente, quer de projetos aprovados, quer de execução, e na parte rústica tem havido uma dinâmica também muito forte, que, para além do que eram os cidadãos estrangeiros e a procura de solo agricultável, apareceram mais outras áreas, algumas ligadas às energias e outras ligadas ao cannabis medicinal, mas a que eu dou mais relevância, é que há uma tendência

de procura interna, ou seja, de cidadãos portugueses de propriedades à volta das áreas urbanas e em algumas aldeias do nosso concelho, em que há muitos terrenos provenientes de heranças e que ficaram durante alguns anos ao abandono. São estes os dados gerais: reduzindo a dívida, reduzindo o passivo, aumentando aquilo que é a taxa de execução e tendo entre receitas e despesas um equilíbrio dentro daquilo que era o nosso orçamento, que mesmo com a questão da pandemia pelo meio, e mais uma vez referindo aqui o que foram as transferências para as entidades, mantivemos praticamente o mesmo esforço de investimento, que é muito relevante, no âmbito do nosso mandato, e que nestes últimos dois anos de exercício, foi muitíssimo maior do que aquilo que foram os oito anos anteriores, em que mais que duplicamos aquilo que é a nossa capacidade de investimento por ano”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento. “Muito obrigada Senhor Presidente. Percebemos que a Dra. Isabel Carvalho tinha estado a trabalhar afincadamente, até pelos documentos que chegaram, salvo erro, no sábado, e percebemos que ela está a fazer horas extra e agradecemos-lhe por isso, mas, não sinta das minhas palavras, a seguir, que seja algo contra si porque não é, é porque, como deve perceber, esta alteração também muda a nossa capacidade de análise do programa, porque não somos, e eu não sou, de facto, especialista nesta área, mas não nos inibimos de olhar para as contas, quase uma resma de folhas que a prestação de contas de 2020 importa, como quase sempre qualquer prestação de contas. Começando por alguns aspetos, e aqui pedia, porque seria mais fácil, estamos sobre o Fundo de Apoio Municipal, há relatórios de monitorização do Programa de Ajustamento Municipal, nunca nos podemos esquecer disso, e é sobre este programa que todo este mandato, ou parte deste mandato, se fez, só conseguimos ter acesso a um relatório, ao do primeiro trimestre de 2019 e estamos em 2021 e não temos qualquer relatório de monitorização do Programa de Ajustamento Municipal do ano 2020 e seria importante tê-lo para discutirmos um pouco mais em pé de igualdade com os vereadores em exercício, e numa próxima, seguramente, não neste mandato, mas porque isto também não termina com o fim deste mandato, seria importante que este relatório acompanhasse a nossa prestação de contas, sem prejuízo daquele foi enviado com a prestação de contas, mas esse é um relatório nosso, da casa, mas estamos sobre uma monitorização e era importante que nós tivéssemos esse relatório. Outro aspeto que se percebeu, e aqui, permita-me Senhor Presidente, a prestação de contas veio no tempo das cerejas mas, de facto, não é a cereja em cima do bolo. Porquê. Nós temos uma enorme listagem de contencioso, fiz umas contas por alto, temos cerca de trinta e três processos em contencioso das Águas do Zêzere e Côa, são processos que se arrastam desde 2008 e pelos vistos, continuam em 2020 sem uma solução aparente, o que aliás, vai contra àquilo que foi contratualizado, passo

a redundância, com o próprio FAM, que a dada altura nos comprometemos a estabelecer os acordos possíveis e, no único relatório de monitorização que temos disponível, aquilo que está parcialmente cumprido também vai nesse sentido, nomeadamente, promover a resolução da dívida em contencioso através da negociação de acordos de pagamentos com os credores. Portanto, esta lista é só para as Águas e são trinta e três processos, se não me enganei a contar. Outra questão que lhe pergunto, da listagem que nos é apresentada e que tem as contrapartes, não refere, ou pelo menos não consegui aferir em momento algum, o processo de que se falou o ano passado, penso que foi em abril por causa da prestação de contas, o da Escola Profissional do Fundão, em que o Senhor Presidente da Câmara disse que iria recorrer à via judicial para obter um acordo, ou melhor, para obter uma homologação do acordo entre as partes, e gostava que fizesse um ponto de situação desse processo, se está ou não numa fase judicial, se conseguimos e se litigámos para obter uma homologação do acordo, quando as partes, pelos vistos, já têm o acordo mas só precisam da homologação do Tribunal. Esse era um ponto que gostaria de questionar aqui nesta listagem de processos. Outro ponto, existem aqui despesas autorizadas e não pagas que me parecem importantes tendo em conta quem são e quem está à espera destes apoios, nomeadamente, o Clube de Natação do Fundão, a Comissão Vitivinícola da Região da Beira Interior, a Freguesia de Alcaria com dezanove mil trezentos e vinte e seis euros para apoio a obras, pelo menos é essa a indicação que aqui está, e que seguramente farão falta, a Freguesia de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo com uma despesa não paga de quinze mil euros, temos a Associação Desportiva do Fundão com vinte e três mil e quinhentos euros, os Caminheiros da Gardunha com dois mil e quinhentos, o Centro Social “Flor de Oliveira” com cinco mil, a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alpedrinha com cinco mil, o Grupo Desportivo e Cultural de Silvares com onze mil quinhentos e vinte nove euros e a Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha com dois mil e quinhentos euros para aquisição do *minibus* de quinze lugares. Senhor Presidente, a sua execução de 92% não chegou a toda a gente e estas entidades, que numa altura destas com a pandemia que nos assolou, ficarem sem estas verbas, ainda que estejam autorizadas, não estão pagas e, portanto, não é, de facto, aqui a cereja no topo do bolo. Em relação à questão do Plano Plurianual de Investimentos, de facto, tivemos um orçamento de trinta e quatro milhões, executámos trinta e um, mas olhando para estes novos documentos, que são de mais difícil leitura, da conciliação entre rubricas e números de projetos, percebemos o quê. Percebemos, e quase que conseguimos fazer um balanço de mandato, conseguimos perceber que de 2017 para 2021 houve muitos programas executados com elevadas taxas, mas foram projetos já pensados em 2013, 2014, 2015 e 2016, portanto, houve aqui, de facto, um empurrar com a barriga, e queria aqui deixar nota em relação aos projetos deste

mandato, temos alguns que ficam a desejar, não serão, provavelmente, executados este ano, neste mandato, como a Conectividade, a questão do Centro Intermodal Rodoferroviário na zona envolvente da Estação, aliás, foi dito que estava tudo pensado, aliás, este município é pró em dizer que estava tudo pensado, de facto, vão existindo por aqui, a sua execução não é de 92% mas é de 0% e isto diz muito do que eu acabei de referir, que é um empurrar com a barriga, vamos consolidando aquilo que transitou de mandatos anteriores. O Plano de Transporte Flexível também ficou com uma execução muito residual, uma execução a zero, tal como o Centro Intermodal Rodoferroviário na zona envolvente da Estação e, Senhor Presidente, lá fora os nossos cidadãos vão ficar contentes de saber, que o município executou 92% mas, pergunto, o que é que isso traz para a nossa vida. Em termos deste Centro Intermodal tão necessário, representa zero, que é igualmente a sua execução, temos mais exemplos, a Quinta Ciência Viva das Cerejas das Ideias, olhando para o documento 2020 2.2, 0% de execução, os projetos deste mandato, salvo honrosas exceções, ficam em taxas muito baixas de execução deste ano, portanto, temos aqui estes dois níveis, o nível de execução financeira anual e aquele que é o global, naquilo que diz respeito ao mandato 2017/2021, as taxas são baixas ou então são taxas com uma execução de 0% e para terminar, Senhor Presidente, vou-me repetir, vem no tempo da cereja mas não é a cereja no topo do bolo”.

Interveio o Senhor Presidente.

Respondendo à Senhora Vereadora Dra. Joana Bento disse: “dar-lhe conta que, obviamente, a parte de contencioso que não está com o município, evidentemente, que não podiam estar nessa lista, nomeadamente, tudo o que se prende com a relação entre a Viver Fundão e a Escola Profissional do Fundão. Relativamente à parte do contencioso com as Águas, não posso dizer que a responsabilidade é do município, lutamos por aquilo que é justo, estamos com mais processos contra as Águas, estamos com vários em julgamento, e, obviamente, esperamos que, quer o município do Fundão, quer o conjunto dos outros municípios, sejam ganhadores nesse processo, porque o que foi feito no sistema de águas em alta na nossa região é algo que lesou, e muito, os municípios e todos os nossos concidadãos. Por isso, é uma luta que vai permanecendo e o que temos, de facto, no FAM, é que relativamente àquilo que é a possível dívida contingente, que se tiver uma sentença ou um acordo extrajudicial mas sempre homologado por um juiz, evidentemente que temos recursos aí colocados. Temos um processo contra as Águas, que supera os cinquenta milhões de euros do município e as Águas terão processos que deveram andar na casa dos vinte milhões de euros contra o município. Veremos no final, em que números tudo isto ficará para nós e para todos os municípios do sistema Águas Zêzere e Côa que, obviamente, se sentem muitíssimo lesados com toda esta situação. Há vários

tribunais arbitrais com processos em curso, que o município e o conjunto de municípios avançaram, que vão desde as questões da água da chuva, das tarifas, de obras não concluídas, se o próprio contrato inicial é válido ou não, não temos culpa, e só dou este exemplo, para percebermos às vezes as questões da justiça, nós não temos culpa que um processo, o primeiro que referiu de 2008, dez anos depois, em 2018, venha um tribunal superior referir que aquele tribunal não era competente e, como tal, tinha que ir para um Tribunal Administrativo. Dez anos para discutir qual é o tribunal competente sem se discutir se os contratos na altura eram válidos e se podia ter sido feito sem a presença de alguns municípios, nomeadamente um deles que valia 30% do sistema, que era a Covilhã, não se discutiu nada da substância, e dez anos depois tivemos de criar um tribunal arbitral que temo, e não sou jurista, tal como a Senhora Vereadora refere na parte financeira que não é propriamente a sua área, também a área jurídica não será a minha, mas temo, que ainda acabamos por ir para uma espécie de um tribunal que irá ainda decidir quem é que pode julgar, porque acho que o tribunal arbitral, em algum momento irá dizer que também não é da sua competência, mas, a verdade, é que as Águas deram agora um sinal, porque finalmente enviaram-nos uma carta dando conta de que em relação às obras da estrada entre Aldeia de Joanes e o Telhado, assumiam a responsabilidade do estado lamentável em que estava o piso, isso não deixa de ser um sinal positivo, mas temos milhões de euros a haver relativamente a obras mal terminadas e com prejuízos graves há bastantes anos para o município. Não temos culpa, que até alguns documentos que funcionavam por vezes como indicadores de acordo, que as Águas no final não os assumam, por isso, estamos ainda a equacionar em avançar com outras ações que se prendem, exatamente com obras não feitas, mas, sobretudo, obras muito mal executadas pelas Águas e que em tempos, até nos mandaram a assunção de responsabilidades de alguns milhões de euros, e que com o passar dos anos e a não entrada desses valores, talvez, vamos ter que, infelizmente, também nessa parte, avançar com outros processos. Relativamente a um exercício, que é sempre um exercício de procurar ver que algumas despesas transitam entre o ano, dizer-lhe também que um dos dados muito interessantes deste nosso exercício, foi uma redução muito significativa da dívida que transita todos os anos, em dezembro há uma dívida de curtíssimo prazo que transita, porque são pagamentos que passam de um ano para o outro e passámos em 2019 de um milhão seiscentos e vinte e oito euros, para um milhão duzentos e setenta e seis, em 2020, ou seja, um valor bastante mais baixo, é perfeitamente normal que haja transições de valores entre um ano e outro, mas esta redução de cerca de quatrocentos mil euros é, de facto, um valor muitíssimo significativo e contribui exatamente para uma redução muito significativa do valor da dívida geral, que superou os 4.4 milhões de euros em termos de redução. Acho que este dado é bastante

relevante, relativamente àquilo que referiu. No que toca à apreciação sobre os investimentos, é perfeitamente normal que os municípios, sobretudo, os municípios que têm uma visão estratégica para o desenvolvimento dos seus concelhos, que pensem sempre a médio longo prazo, mal será o concelho que não tenha abordagens de médio longo prazo, felizmente, nós temos projetos que lançámos em 2013, 2014 e 2015 em que alguns deles estão atualmente em execução, também outros que lançámos em 2017/2018 com execução entre o município e outras entidades, nomeadamente com a CIMBSE e outros municípios, por exemplo, o projeto do serviço de Transporte a Pedido, vamos começar com um projeto piloto em dois pontos do concelho, uma zona mais próxima da zona do pinhal e também uma outra zona ultraperiférica entre a Mata da Rainha e Vale de Prazeres, obviamente, que não seria muito óbvio avançar com esse tipo de projetos com a pandemia no seu auge, estamos a falar de transporte público, também a questão, por exemplo, do projeto Quinta Ciência Viva Das Cerejas e das Ideias ligada aos projetos dos campos experimentais da cereja, estamos também já a posicionar muitos projetos para o presente e para o futuro, é assim que pensamos em termos do nosso concelho e é perfeitamente natural que haja sempre projetos de diferentes anos no nosso planeamento, a serem, de facto, executados, mas, o mais importante e relevante, parece-me a mim, é exatamente a questão da estratégia, e não haja dúvidas, que o município é muitíssimo coerente dentro daquilo que foi a estratégia definida na criação de valor económico, valor social e também, naquilo que é a sua transição, em termos de uma abordagem, que tem na parte do capital humano uma referência essencial, os projetos que estamos a executar em termos do reforço da formação das pessoas, os projetos do ponto de vista do acolhimento, os projetos que continuamos na reabilitação de edifícios, sempre com o foco naquilo que é a nossa estratégia de uma reabilitação orientada para a criação de valor, seja nas áreas da reabilitação urbana, seja na área dos Centros de Competências sempre numa perspetiva mais holística, aquilo que estamos a fazer relativamente ao nosso investimento imaterial sempre associado à criação e à divulgação de marcas, estamos no ponto que fomos construindo e que também vamos avaliando e tomando decisões de acordo com essa avaliação, e colocámos na segunda fase do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano a possibilidade de fazer um Centro Intermodal, e essa abordagem teve já duas reavaliações, uma delas provocada, obviamente, também pelo momento que vivemos, mas uma outra, que é bastante mais profunda do que essa, é que estamos numa fase, em que não temos a certeza de qual irá ser o padrão de transportes nos próximos cinco anos. Não temos a certeza de qual vai ser o modelo de transporte público nos próximos anos perante a crise do setor que é profundíssima e aquilo que são os desafios da mobilidade, em ditas zonas de baixa densidade que também obrigam, de facto, a uma alteração dos perfis de transporte, e considero,

que neste momento é mais relevante trabalharmos aquilo que possa ser o padrão de transportes, e essa reflexão, esse trabalho, também ao nível intermunicipal, que nos possa dar garantias entre um serviço, provavelmente misto, entre um transporte convencional com um Transporte a Pedido, estarmos mais focados aí, porque isso pode trazer, obviamente, do ponto de vista de custo/benefício também alterações relativamente ao que é esse projeto. Se o Transporte a Pedido, nos próximos dois anos, tiver uma quota de transporte muito relevante, sobretudo, nas zonas mais periféricas do nosso concelho e nas zonas mais rurais, que não são só periféricas, sobretudo, aqui à volta também do grande Fundão, se essa questão, de facto, vingar, essa avaliação teremos que a fazer nos próximos meses, porque isso altera o volume, do chamado, transporte convencional dentro do concelho, altera o número de autocarros necessários para estarem disponíveis em garagem, dentro do nosso concelho e considero que pode haver uma alternativa bem mais interessante, do ponto de vista da reabilitação urbana e da relação urbana, entre aquilo que é atualmente o edifício Auto Transportes e aquilo que é a sua relação com a atual Estação de Caminhos-de-ferro, porque dá-se, de facto, a coincidência da sua proximidade, e do ponto de vista de projeto, que deverá provavelmente ser revisto relativamente àquilo que possa ser o próximo quadro comunitário em termos de desenvolvimento urbano, que é o próprio projeto da Avenida, pode ter uma conexão ou uma religação entre aquilo que é a atual estação da Auto Transportes e o atual edifício da Estação, sendo que, como sabem, estamos a construir para os próximos anos, um dos maiores programas de reabilitação urbana a que nós chamámos, o Programa da Rua das Quintãs, que é uma alteração muito profunda de toda a área da Estação, como um maior foco, em termos de reabilitação urbana na próxima programação em termos de financiamento comunitário. Por isso, estes três elementos deverão vigorar fortemente, em termos de reflexão da cidade, porque a pior coisa que podemos pensar é, vai mudar o padrão de transportes e nós mantemos a mesma linguagem e o mesmo processo do ponto de vista da Intermodal. Para finalizar, dizer que este é o caminho, levamos dois mandatos em que estamos permanentemente a reduzir a dívida, mantendo um projeto estratégico que acho que tem trazido uma grande repercussão, em termos daquilo que é a leitura e o posicionamento do concelho, quer num contexto regional, quer num contexto nacional e, desse ponto de vista, tem respondido de forma às vezes até surpreendente a alguns dos objetivos que tínhamos com ele, nomeadamente, o principal, que era posicionar-nos num concelho que, em termos de criação de valor económico e social, estaria na primeira linha na nossa região e também, um daqueles que sendo dos mais rurais que existem na região, poder também estar na primeira linha da parte da inovação, que é muito importante, sem nunca perder a abordagem social, a abordagem da educação, das grandes questões transversais onde, de facto, o município também tem tido um

papel extraordinário, e mesmo numa situação de enorme crise, como a que vivemos, e mesmo também nas respostas à pandemia conseguir estar na primeira linha e, desse ponto de vista, mostrar que os serviços, a proteção civil, a articulação com as entidades, é muitíssimo boa. Não há dinheiro que pague isto, e isso tem muito a ver com a capacidade política e operacional dos executivos, e sobre isso, acho que também estamos no bom caminho”.

Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento que referiu o seguinte: “perante aquilo que o Senhor Presidente disse destes dois mandatos, faltou-lhe dizer, na nossa opinião que, de facto, a gestão não é tão extraordinária como quis parecer, porque o Fundão recorreu ao PAEL, ao FAM, está no Top 5 dos municípios com maior volume de juros em encargos financeiros, são 613 euros por habitante, portanto, sai com dívida e recorre duas vezes à ajuda para segurar as pontas deste concelho, e depois há uma outra questão, para além de ter que segurar as pontas deste concelho, em termos da dívida, amarra as gerações vindouras a uma série de compromissos, que muitas vezes não vão ao encontro daquilo que são as necessidades das famílias. Claro que esta é a nossa visão, não é seguramente a sua, que eu respeito, mas também é importante dizer isto, é que este executivo foi responsável por esses dois recursos, nomeadamente o PAEL e o FAM, e o Fundão estará, seguramente, no Top 10 atendendo àquilo que é o Anuário Financeiro dos Municípios, com um valor de provisões de risco e encargos superiores a 5 milhões e, portanto, é preciso também refrear aí esse dourado que o Senhor Presidente quis colocar nesta discussão, porque o Fundão está amarrado a um Programa de Ajustamento Financeiro”.

Interveio o Senhor Presidente para dizer o seguinte: “o município fez investimentos brutais desde 2002, toda a gente sabe a dívida que chegou a ter, cerca de 90 milhões de euros, mas teve a resposta da população com três maiorias absolutíssimas, ou seja, mesmo com a dívida sempre bem expressa e aos olhos de todos, simplesmente, a população durante esses anos considerou que era essencial criar-se, mesmo com dívida, porque dívida tinham os fundanenses há muitos anos por falta de equipamentos nas mais diferentes áreas, um projeto que era muito expansivo do ponto de vista de investimento e também no recurso à parte do crédito, o que lhe posso referenciar, porque isso é fatural, é que mesmo um município que em 2012, 2013 e 2014, teve que lidar com uma enorme crise social, provavelmente desde a presença do FMI já nos anos oitenta, mesmo com situações catastróficas que nos aconteceram, não há muito tempo, como os brutais fogos florestais, mesmo com uma situação de pandemia sem paralelo, naquilo que é o mundo contemporâneo, mesmo na gestão de crises tão brutais como essas, o município baixou brutalmente a sua dívida e manteve um projeto político e estratégico, bastante reconhecido, quer interna, quer externamente, internamente, é natural que os que estejam mais próximos

desse projeto, digam bem, e os que estão mais afastados, nomeadamente a oposição, digam mal, mas é relevante quando vemos a opinião daqueles que são mais independentes, ou mesmo alguns até que não são tão independentes, e de onde muitas vezes até não seria expectável esse reconhecimento, porque nem sequer estão associados a alguma linha política mais partidária ligada a esta maioria, são os primeiros a reconhecer, e isso é muito importante, e não posso deixar também de reconhecer um esforço coletivo tremendo, mas também o esforço muito relevante do executivo e da sua equipa, nós podemos dizer que estamos sempre a ser postos à prova, e diariamente somos todos postos à prova na nossa vida, nomeadamente no poder local pela proximidade, mas quando somos postos à prova com questões financeiras muito duras, as questões da conjuntura do mundo e do País, extraordinariamente duras, algumas até inéditas, provavelmente é aí que nós mais somos postos à prova e mais mostramos, se estamos ou não à altura daquilo que são as circunstâncias mais difíceis que podemos imaginar, e mesmo nessas circunstâncias, é que nós também percebemos se uma determinada estratégia, uma determinada visão operacionalizada, se é, de facto, adequada, resiliente, se tem elasticidade para se poder ajustar a essas mesmas circunstâncias e termos resposta para todos os agentes em termos de políticas públicas, e é com alguma satisfação que ainda há pouco tempo, por causa da crise dos migrantes, apercebemo-nos todos que antecipamos há seis anos, questões referidas hoje como essenciais, que é a necessidade de haver equipamentos e respostas locais muito mais densificadas relativamente às respostas da crise da parte dos migrantes, e nós há seis anos já estávamos com respostas públicas. Não porque as imitámos de algum lado, não porque as tínhamos visto nalgum sítio e também quisemos fazer igual, mas porque as criámos, porque as criámos de forma conjunta, ouvindo muita gente, mas criámo-las com risco de poderem, no limite, nem serem úteis, ou estarmos talvez a achar que era um caminho que não iria, de facto, acontecer. Isso aconteceu em muitos aspetos do nosso posicionamento e acho que pode haver muitas críticas ao nosso projeto, isso é normal que, de facto, aconteça, mas diria que há uma coisa neste projeto, que de uma forma geral as pessoas sabem, as pessoas sabem que há, de facto, uma estratégia, podem não estar de acordo com ela, podem achar que não é a mais adequada, a mais útil, aquela que melhor sirva as pessoas, as empresas, as instituições, o que for, mas sabem quais é que são os seus pontos fortes, obviamente, também podem questionar aquilo que são os seus pontos menos fortes, mas sabem bem qual é, e fazemo-la resistindo a crises inacreditáveis nos últimos oito anos, do ponto de vista de conjuntura. Quanto aos relatórios do FAM, esperamos com expectativa que sejam atualizados, porque com aquilo que está, de facto, a acontecer em que estamos muito à frente daquilo que eram os números e as obrigações que tínhamos no próprio plano, que venham quanto mais depressa melhor. Vou

reiterar o que sempre referi, que perante a situação que existiu em 2012, que iria procurar todas as oportunidades e todas as soluções para reduzir o serviço da dívida sem pôr em causa um projeto político e uma estratégia de desenvolvimento para o concelho que tem também contributos de muita gente, mas tem, seguramente, uma visão de um Presidente, e dentro desse prima, quando fomos ao FAM, dissemos-lhes que iríamos aumentar a nossa capacidade de investimento e que essa capacidade de investimento iria continuar a desenvolver uma estratégia, mas também, que iríamos reforçar a capacidade daquilo que são os chamados investimentos de proximidade, das redes básicas, das redes viárias, das redes rurais e isso também expressa bem as nossas contas e também nos dá, efetivamente, aquela satisfação de dizer, fomos lá por isto, criámos capacidade, continuamos a reduzir a dívida, obviamente que vamos num caminho que é difícil, mas que provavelmente também é preciso mostrar capacidade para conseguir manter o município com uma estratégia tão bem definida mesmo tendo recursos financeiros que têm que ser muitíssimo bem aplicados, sob risco, de no final do dia, no final do ano, não cumprirmos aquilo que foram as nossas principais linhas de atuação. Não é seguramente o município da região e do País mais fácil de gerir, mas é provavelmente, um dos municípios, que ao dia de hoje, é mais interessante de promover do ponto de vista de política de desenvolvimento, e acho que esse capital se for duradouro e continuar nessa linha, pode trazer vantagens muito fortes ao concelho do Fundão”.

Usou da palavra o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes. “Uma pequena provocação. Analisando os dados do IMT é interessante, e é um bom sinal que se segue uma linha de crescimento, o ano passado foi um ano de crise, por isso, o resultado é extramente interessante. Contribui para ele de duas formas, de forma direta e indireta, agora não deixa de ser um facto, que caiu para valores próximos do ano 2017. Há outro dado que também não deixa de ser interessante, que tem a ver com o Imposto Único de Circulação, se a população se mantém, se existe algum dinamismo, não se justifica que o Imposto Único de Circulação tenha baixado, a não ser que tenha sido um reforço nos transportes coletivos, o que eu não acredito. Isso era a provocação. Outro assunto, que tem a ver com a Auto Transportes e com a central de transportes. Pelo que percebi, estamos a colocar como única aposta a aquisição daquele espaço. Tenho estado a ler nas últimas reuniões de câmara a mensagem que tem sido transmitida, é essa, e se assim for, estamos a inflacionar o preço do espaço e acho que isso seria incorreto. Outra das questões, já que falámos no Transporte a Pedido, pergunto se alguma vez se equacionou criar circuitos pequenos e envolver ou redefinir o valor que está associado aos transportes escolares, porque, pelos valores que nós temos aprovado nos últimos anos e pelos meus cálculos, estamos a pagar cerca de 1,30/1,40 euros por quilómetro, o que é um valor

significativamente alto, e não sei até que ponto é que não se poderia pegar nesse valor e redefinir tudo o que tem sido contratualizado. Estes últimos três anos pedimos várias vezes o valor por circuito e nunca nos foi entregue, só sabemos que tem sido um pacote na ordem dos 450.000 euros, não sabemos quanto é que pagamos por cada circuito, daí a minha questão”.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente para responder ao Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes. Relativamente ao IMT disse que “tínhamos o triénio 2016, 2017 e 2018, em que o IMT andava um pouco acima dos 600 mil euros e chegamos ao ano, em que praticamente o País parou, e estamos, provavelmente, no segundo ou terceiro melhor resultado de sempre de IMT do concelho do Fundão, isto é fatural. Diz, e bem, que o número é, de facto, muito interessante, o que vindo de um vereador da oposição é também de alguma forma reconhecer o mesmo que eu reconheci, que para mim foi surpreendente, e é um bom dado da resiliência do concelho do Fundão em termos económicos. Não quer dizer que é um dado que nos permita baixar a guarda, não é disso que estamos a falar, mas é um bom dado que demonstra que alguma diversificação da atividade e algumas áreas dinâmicas foram aparecendo, nomeadamente na parte da construção coletiva de habitação, que aparecem exatamente neste último ano e meio de forma muito mais forte, e que nos deram muito jeito, para num momento de maior crise, termos um setor muito dinâmico que nos está a dar bastante suporte na parte económica. Relativamente ao parque de viaturas, não lhe consigo responder, talvez vou perguntar às finanças o que é que possa ter acontecido, mas a verdade, é que num ano em que tudo parou, e os dados indicam, que infelizmente no ano passado Portugal foi o segundo pior País da Europa em termos de mercado de venda de carros. Sobre a questão dos transportes, neste momento é bastante mais relevante avaliarmos o que é que vai acontecer, do que estarmos a tomar decisões muito definitivas sobre a componente da logística, coloquei em cima da mesa um plano B, porque, no meu entender, deve entrar no processo a reabilitação da Avenida da Liberdade e a recuperação da zona das Quintãs. Relativamente à vertente mais especulativa, não estamos a equacionar comprar ou alugar o edifício da Auto Transportes, estamos a fazer todas as leituras e avaliações que consideramos adequadas, e considero também aquilo que é o edifício em causa, a sua utilidade para o concelho do Fundão, a câmara municipal tem que ter sempre em cima da mesa soluções que possam ser negociáveis, por várias razões, pela sua utilização final, como se for o caso do plano B, mas por aquilo que também significa e a sua utilidade sempre enorme na sua situação tão estratégica que tem e, até o seu valor patrimonial e cultural que também nos obriga, de facto, a termos uma leitura com aquele edifício, como já tivemos com outros edifícios notáveis, onde os poderes públicos municipais têm obviamente que estar

sempre na linha da frente, relativamente àquilo que possa ser jogar com ele nas suas funções de sempre, ou nas suas funções diferentes que possa vir a ter”.

Interveio novamente o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes relembando a questão dos transportes escolares, referindo que tinha abordado esta questão porque “ tem a ver com o que foi colocado em cima da mesa com a Mata da Rainha, o circuito de transporte escolar naquela zona é assegurado também pelo Externato de Alpedrinha, a vida útil dos veículos, creio que são vinte anos, estão a terminar, portanto, uma das hipóteses que podia ser equacionada, era fazer aquele circuito, eles adquirirem um transporte bem mais pequeno do que têm neste momento e, além do transporte escolar podiam assegurar o transporte entre quem vive naquela zona, nesse Transporte a Pedido. Um concurso desse género tinha que ser um circuito pequeno, não um circuito de grande escala, como percebi que vai funcionar no âmbito da CIM”.

Interveio o Senhor Presidente que referiu: “falei de um sistema misto de transportes, entre transporte público, que será mais convencional e aquilo que é um Transporte a Pedido, que será um complemento a esse transporte convencional, foi isso que mencionei, sendo que um transporte público mais convencional, aquilo que são as vulgarmente chamadas carreiras, está em concurso público internacional e o modelo de transporte flexível foi aprovado há muito poucas semanas atrás, no âmbito da CIM, sendo que nós vamos avançar com um projeto piloto com duas modalidades, na zona de Vale de Prazeres e Mata da Rainha, uma das zonas onde vemos que há uma zona mais branca ou cinzenta, do ponto de vista da mobilidade, e outra na zona do pinhal que é outra das zonas com maiores dificuldades, em termos também desta mobilidade a pedido. É aí que vamos testar os modelos e depois, decidir. Aquilo que está a referir, vem um pouco ao encontro da avaliação que vamos fazer dos modelos de Transporte a Pedido, acredito que numa próxima reunião de câmara, quer eu, quer o Senhor Vice-presidente que também tem estado a acompanhar este processo, poderemos até explicar com muito detalhe como é que vai funcionar esse projeto piloto, que queríamos ver se ele arrancaria até final de junho, princípios de julho, porque queríamos aproveitar já o verão, para o testar, do ponto de vista do ir ao encontro das pessoas e da procura que ele possa, de facto, vir a ter”.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento disse que o resultado poderia ser enganador no período do verão, pelo aumento da população.

O Senhor Presidente interveio e disse que “o estudo é pensado para seis meses, é muito interessante apanhar o período de verão e depois o período escolar até final do ano, a ideia é fazer um estudo deste projeto piloto durante seis meses. Apanhamos os dois padrões, porque com os dois padrões de procura, vamos tirar melhores conclusões”.

Integração do Saldo da Gerência Anterior

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 27 de maio de 2021, e que se transcreve:

“INTEGRAÇÃO DE SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR – REVISÃO ORÇAMENTAL Nº 1 – RATIFICAÇÃO. O artigo 130.º, da Lei 75-B/2020, de 31/12 Lei do Orçamento de Estado para 2021 sob a epígrafe “Integração do saldo de execução orçamental”, determina que, após aprovação do mapa «Fluxos de caixa», o saldo da gerência da execução orçamental pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas. Entretanto, no contexto das medidas excecionais implementadas com vista a promover e garantir a capacidade de resposta do subsetor da administração local no combate à pandemia da doença COVID19, passou a admitir-se “a introdução do saldo de gerência dos órgãos das autarquias locais logo que a conta de gerência seja aprovada pelo órgão executivo ou seja aprovado o mapa de fluxo de caixa, nos termos do artigo 130.º do Orçamento do Estado para 2021 (...), sem prejuízo da revisão vir a ser ratificada aquando da realização da primeira reunião do órgão deliberativo. Em 19 de Janeiro de 2021 foram aprovados os Fluxos de Caixa pelo Órgão Executivo. Em 19 de março de 2021, estando reunidas as condições acima apresentadas foi incorporado o saldo da gerência anterior através da presente Revisão Orçamental cujo saldo orçamental da gerência é de 1.314.075,79€ e que se junta para ratificação pelos órgãos.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Integração do Saldo da Gerência Anterior)

Atribuição de Distinções Honoríficas

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 12 de maio de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que, nos termos das disposições contidas no Regulamento para a Concessão de Distinções Honoríficas do Município do Fundão, a competência da atribuição das insígnias e medalhas municipais pertence à Câmara Municipal; Considerando que a atribuição de distinções honoríficas deverá constituir um sinal para estimular o aperfeiçoamento do mérito e virtudes que visam distinguir; Considerando que conferir prestígio e dignidade às condecorações municipais é uma das formas de manter vivas tradições que têm significado na vida do Município; Considerando que as distinções honoríficas do Município do Fundão são, por tradição, entregues no dia 9 de Junho de cada ano, por ocasião das comemorações respeitantes à criação do Concelho do Fundão, Proponho que, nos termos do disposto nos artigos 12.º e 13.º

do Regulamento supra referido, a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar a atribuição: Da **Medalha de Ouro da Cidade do Fundão**, *destinada a galardoar indivíduos ou entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras que, pelo valor das suas realizações em qualquer ramo de atividade humana, contribuam, de forma excepcional e relevante, para o progresso e bom nome da cidade e do seu concelho*, a: Paulo Manuel Pires Águas (a título póstumo). Da **Medalha de Bons Serviços** – *destinada a distinguir os funcionários da Câmara Municipal, empresas municipais e juntas de freguesia que tenham demonstrado comprovado zelo, dedicação e competência nos serviços a seu cargo e que atinjam 25 anos de serviço*, a: José Joaquim Martins da Conceição, Maria de Lurdes da Costa Fazendeiro, Maria Teodora Correia Filipe Duarte e aos Senhores Bombeiros Voluntários: Aires Miguel Cardoso Gonçalves, Maria de Deus Morgadinho Gonçalves, Hugo Manuel Marques da Silva, Paulo Jorge Nogueira Pires e Vera Marina Pires Antunes.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de Distinções Honoríficas)

Aprovação da delimitação de 48 Áreas de Reabilitação Urbana no Concelho do Fundão

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 17 de maio de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que: De acordo com o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, na redação que lhe foi conferida pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2019 de 21 de maio, 88/2017 de 27 de julho, 136/2014, de 9 de setembro e pela Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto, doravante designado pelo acrónimo RJRU, uma ARU consiste numa “área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana”; No artigo 13.º do RJRU está previsto um procedimento da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, que implica a elaboração de uma memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir, a planta com a delimitação da área abrangida e o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14.º do mesmo diploma; As delimitações

procuraram abarcar o que reconhecidamente são as centralidades das freguesias, (localidades, aldeias, povoações ou aglomerados), que constituem as áreas de maior densidade urbana, onde se incluem os núcleos antigos, num total de 324,29 ha, de acordo com o quadro infra e os limites apresentados nas plantas que acompanham o documento em anexo:

N.º	ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	ÁREA (HA)
01	ARU de Alcaria	4,54
02	ARU de Pesinho	2,73
03	ARU de Alcongosta	12,79
04	ARU de Alqueidão	3,52
05	ARU de S. Martinho	5,26
06	ARU de Bogas de Cima	5,52
07	ARU de Bogas do Meio	3,44
08	ARU de Boxinos	2,73
09	ARU de Descoberto	2,01
10	ARU de Malhada Velha	4,64
11	ARU de Capinha	11,59
12	ARU de Castelejo	4,42
13	ARU de Açor	2,98
14	ARU de Enxabarda	4,75
15	ARU de Enxames	4,14
16	ARU de Fatela	6,67
17	ARU de Lavacolhos	7,32
18	ARU de Orca	12,05
19	ARU de Martianas	2,14

20	ARU de Zebras	3,75
21	ARU de Pêro Viseu	12,86
22	ARU de Vales de Pêro Viseu	1,37
23	ARU de Silvares	43,36
24	ARU de Cabeço do Pião	5,15
25	ARU de Soalheira	22,64
26	ARU de Souto da Casa	11,95
27	ARU de Vale de Urso	3,13
28	ARU de Telhado	6,45
29	ARU de Freixial	3,58
30	ARU de Três Povos	32,36
31	ARU de Aldeia de Joanes	2,71
32	ARU de Aldeia Nova do Cabo	7,00
33	ARU de Donas e Teixugas	4,24
34	ARU de Chãos	1,83
35	ARU de Valverde	4,63
36	ARU de Carvalhal	6,49
37	ARU de Bogas de Baixo	7,29
38	ARU de Ladeira	1,58
39	ARU de Maxial da Ladeira	3,71
40	ARU de Urgeiro	2,08
41	ARU de Póvoa da Atalaia	5,83
42	ARU de Atalaia do Campo	5,17

43	ARU de Cortiçada	1,66
44	ARU de Mata da Rainha	3,63
45	ARU de Póvoa Palhaça	1,15
46	ARU de Quinta do Monte Leal	5,67
47	ARU de Quintas da Torre	2,42
48	ARU de Vale de Prazeres	7,39

A delimitação de quarenta e oito Áreas de Reabilitação Urbana visa: a. Estimular e apoiar a reabilitação do edificado degradado ou funcionalmente inadequado - preservando e valorizando o património cultural, do espaço público e das respetivas infraestruturas urbanas, que formam o tecido urbano; b. Melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque habitacional urbano e dos espaços não edificados; c. Afirmar os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana; d. Fomentar a revitalização urbana, orientada por objetivos estratégicos de desenvolvimento urbano, em que as ações de natureza material são concebidas na sua execução com intervenções de natureza social e económica; e. Assegurar a integração funcional e a diversidade económica e sociocultural nos tecidos urbanos existentes; f. Requalificar os espaços verdes, os espaços urbanos e os equipamentos de utilização coletiva; g. Recuperar espaços urbanos funcionalmente obsoletos, promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas, designadamente habitacionais, comerciais ou de serviços; h. Promover a melhoria geral da mobilidade, nomeadamente através de uma melhor gestão dos espaços públicos de circulação; i. Promover a criação e a melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada; j. Fomentar a adoção de critérios de eficiência energética em edifícios públicos e privados; k. Dar acesso aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações a um conjunto de incentivos disponíveis para a reabilitação urbana; l. Promover atividades económicas, fomentar o turismo, a cultura e o lazer. Cada ARU é objeto de descrição e justificação no documento em anexo onde consta a identificação (conforme quadro supra), caracterização, levantamento fotográfico e competente planta com a respetiva delimitação, no cumprimento das disposições legais do RJRU. **Assim, nos termos do n.º 3 do artigo 7.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º, para efeitos do disposto no artigo 14.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana e ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, das**

normas sobreditas e das demais enunciadas ao longo do documento que se anexa, proponho que a Câmara Municipal delibere: **1** – Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delimitação de 48 (quarenta e oito) Áreas de Reabilitação Urbana, com a fundamentação constante no documento intitulado “Áreas de Reabilitação Urbana – Fundão – Proposta de delimitação Áreas de Reabilitação Urbana – Concelho do Fundão – 11 Maio – Câmara Municipal do Fundão – DOQPV – Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida” que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante e que inclui as Memórias Descritivas e Justificativas, as Plantas com a Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana e os Quadros de Incentivos Fiscais. **2** – Mais proponho, caso a delimitação seja aprovada pelo órgão deliberativo colegial, que se aprove o seguinte: a) Publicar aviso na 2.^a série do Diário da República e divulgar na página eletrónica do município o ato de aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do RJRU; b) Simultaneamente com o envio para publicação do aviso referido na sublínea anterior, remeter ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., por meios eletrónicos, o ato de aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana, nos termos do n.º 5 do artigo 13.º do RJRU. **3** – Aprovar a presente proposta em minuta para efeitos de executoriedade imediata. Para efeitos do disposto na parte final do n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação junto a esta proposta e dela faz parte integrante, o documento intitulado «*Áreas de Reabilitação Urbana – Fundão – Proposta de delimitação Áreas de Reabilitação Urbana – Concelho do Fundão – 11 Maio – Câmara Municipal do Fundão – DOQPV – Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida*».”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação da delimitação de 48 Áreas de Reabilitação Urbana no Concelho do Fundão)

Aprovação da minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município do Fundão e a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 24 de maio de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que, no âmbito da publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, se estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local; Considerando que, nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro, se concretiza a

transferência de competências para os órgãos municipais de instituir e gerir os Gabinetes de Apoio aos Emigrantes; Considerando que estes Gabinetes de Apoio aos Emigrantes são estruturas de apoio aos cidadãos portugueses que estão emigrados, aos que regressam a Portugal e aos que pretendam iniciar um processo migratório; Considerando que estes Gabinetes de Apoio aos Emigrantes têm como objetivo apoiar e informar os referidos cidadãos, na área social, jurídica, económica e empresarial, educação, emprego, formação profissional, entre outras, orientando-os para os serviços públicos vocacionados para o esclarecimento de dúvidas ou para a resolução de problemas mais específicos, e ainda aconselhar e informar os cidadãos portugueses que pretendam emigrar; Considerando que, nos termos da alínea c) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro, as competências transferidas são exercidas, no que respeita aos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, em articulação com o membro do Governo responsável pela área das comunidades portuguesas; Considerando que a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas é o serviço de Administração central que, por força do Despacho n.º 12040/2019, de 9 de dezembro, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 242, de 17 de dezembro de 2019, se encontra na dependência do membro do Governo responsável pela área das comunidades portuguesas; Considerando que no quadro das suas competências, estão previstas funções de colaboração e cooperação com os municípios, desenvolvendo-as através da Direção de Serviços de Emigração e da Direção de Serviços Regional, Considerando o teor do Acordo de Cooperação celebrado entre a Direção- Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e o Município do Fundão, no dia 22 de junho de 2006, respeitante ao assunto referenciado em epígrafe; Considerando que o referido documento foi ratificado em sede de reunião de Câmara, datado de 19.07.2006, conforme documento em anexo (Anexo I), **proponho, face aos factos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a minuta ao Protocolo de Colaboração entre a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e o Município do Fundão, a qual segue em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante – Anexo II.”**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação da minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município do Fundão e a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas)

Aprovação da minuta do protocolo a celebrar entre o Município do Fundão, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Fundão

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 20 de maio de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que, O n.º 5 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º. 248/2012, de 21 de novembro, prevê que, nos municípios em que se justifique, os corpos de bombeiros voluntários ou mistos detidos pelas associações humanitárias de bombeiros podem dispor de equipas de intervenção permanente (EIP), cuja composição e funcionamento é definida pela Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, na sua redação atual; No âmbito do objetivo “Melhorar a eficiência da proteção civil e as condições de prevenção e socorro” do Programa do XXI Governo Constitucional, prevê-se a melhoria e eficiência da proteção civil e das condições de prevenção e socorro face a acidentes e catástrofes, designadamente mediante a valorização das associações e dos corpos de bombeiros voluntários, enquanto verdadeiros pilares do sistema de proteção e socorro, através do reforço dos incentivos ao voluntariado, do apoio ao funcionamento e ao equipamento e do pleno aproveitamento das capacidades operacionais e de comando; Por outro lado, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 157-A/2017 de 27 de outubro veio consagrar um conjunto de medidas sólidas que configuram uma reforma sistémica na prevenção e combate aos incêndios florestais e que se estendem a outras áreas de proteção e socorro; Neste âmbito, é valorizada e reforçada a profissionalização dos operacionais promovendo o desenvolvimento gradual, entre outras, das Equipas de Intervenção Permanente em parceria com os municípios e com as associações humanitárias de bombeiros garantindo prontidão na resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens; A Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, na sua redação atual, dispõe que as condições de contratação e funcionamento da EIP são estabelecidas em protocolo a subscrever entre a ANEPC, a respetiva câmara municipal e a associação humanitária de bombeiros; O presente protocolo regula as condições de contratação, funcionamento e manutenção pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Fundão, de elementos que integrarão a EIP. **Proponho, face os fundamentos acima expostos, que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar a minuta do Protocolo a celebrar entre o Município do Fundão, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Fundão, que segue em anexo à presente proposta e que dela fica a fazer parte integrante. O respetivo pagamento**

ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei nº 54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação da minuta do protocolo a celebrar entre o Município do Fundão, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Fundão)

Aprovação da minuta do protocolo de parceria a celebrar entre o Município do Fundão e o Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional, COTHN-CC

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vereador Dr. Pedro Neto, datada de 21 de maio de 2021, e que se transcreve:

“Considerando os princípios e as linhas de atuação do Plano de Inovação para o concelho do Fundão; Considerando o Município do Fundão apostou numa abordagem integrada e diferenciadora ao nível do posicionamento para atração de novas empresas, colocando em primeira linha uma série de espaços de excelência mas low-cost, e também diversos aspetos associados à qualidade de vida de todos quantos contribuem para o sucesso de um projeto; Considerando que o Município do Fundão tem competências ao abrigo do artigo 23.º do RJAL – Regime Jurídico das Autarquias Locais - aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da educação, saúde, ação social, promoção do desenvolvimento, entre outras; Considerando o previsto no Regulamento “Plano de Inovação e Incubadora Polinucleada para o Concelho do Fundão”, bem como nas “Normas de Funcionamento – Valências Living Lab Cova da Beira”; Considerando que o CENTRO OPERATIVO E TECNOLÓGICO HORTOFRUTÍCOLA NACIONAL, COTHN-CC, é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, e tem por objeto promover o desenvolvimento da fileira hortofrutícola nacional especialmente através da investigação aplicada, melhoria do nível de conhecimento no setor, aprofundamento da cooperação e parceria e da dignificação e qualificação dos agentes e produtos – Cfr. Estatutos em anexo (Anexo I); Considerando que o Município do Fundão e a o CENTRO OPERATIVO E TECNOLÓGICO HORTOFRUTÍCOLA NACIONAL, COTHN-CC, entendem que é de relevante interesse o crescimento de parcerias nas suas áreas de atuação, **proponho, face aos factos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a minuta de Protocolo de Parceria a celebrar entre o Município do Fundão e o CENTRO OPERATIVO E TECNOLÓGICO HORTOFRUTÍCOLA NACIONAL, COTHN-CC, nos termos do disposto na alínea o)**

do nº 1 do art. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as sucessivas alterações, a qual segue em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante – Anexo II. O respectivo pagamento ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei nº 54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação da minuta do protocolo de parceria a celebrar entre o Município do Fundão e o Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional, COTHN-CC)

Aprovação da minuta do protocolo de cedência a celebrar entre o Município do Fundão e a Cooperativa Agrícola dos Olivicultores do Fundão, C.R.L.

Por proposta do Senhor Presidente, aprovada por unanimidade e em minuta, este assunto foi retirado da Ordem do dia.

Ratificação do protocolo celebrado entre o Município do Fundão e a ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 21 de maio de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que as Autarquias Locais têm como atribuição, entre outras, a promoção do desenvolvimento local, conforme decorre expressamente da alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com as sucessivas alterações, devendo adotar políticas de apoio a esse mesmo desenvolvimento, que conduzam à melhoria das condições de vida das suas populações e que visem o suprimento das carências das mesmas, designadamente, promovendo o desenvolvimento rural, colaborando no apoio a atividades dessa natureza que permitem não só a criação de riqueza, mas também, de postos de trabalho, gerando as condições necessárias para a fixação das pessoas no seu território; Considerando que o presente protocolo tem por finalidade a criação de uma parceria no âmbito da candidatura denominada “*Paisagens da Estrela, do Volfrâmio, do Xisto e do Rio: Novas Narrativas Patrimoniais e Culturais*”; Considerando que a ratificação do presente protocolo beneficia as populações, promovendo a coesão territorial e a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como a prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos; Tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Fundão, que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º

75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, no sentido de ratificar o protocolo celebrado entre o Município do Fundão e a ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul, no dia 11 de março de 2021.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Ratificação do protocolo celebrado entre o Município do Fundão e a ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul)

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes interveio para dizer que não tinha compreendido as obrigações do município.

Interveio o Senhor Vereador Dr. Pedro Neto para explicar que o montante da candidatura desenvolvida e executada pela ADERES rondava os 600 mil euros, e que ao município competia cooperar, em termos logísticos e técnicos, não tendo nenhum custo associado.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento deixou a sugestão, de que no âmbito deste projeto, seria interessante recuperar, até com a comunidade escolar a “Festa da Água” que em tempos era desenvolvida no Cabeço do Pião e que mobilizava, em termos culturais e económicos, muita gente.

Aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia da Soalheira

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 21 de maio de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que a Freguesia da Soalheira solicitou a atribuição de um apoio financeiro, destinado a compartilhar as obras de adaptação do telheiro da escola primária, em sala multiusos/refeitório; Considerando que esta intervenção irá proporcionar aos alunos melhores condições para que possam desenvolver as suas atividades, evitando que no período de hora de almoço se desloquem para o exterior da escola, permitindo também a prática de exercício físico; Considerando que o pedido foi devidamente instruído conforme o disposto no artigo 8.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias; Considerando que a alínea b) do artigo 2 deste Regulamento determina que a atribuição de apoios às freguesias visa, designadamente, o apoio de forma criteriosa a iniciativas das freguesias que promovam atividades de relevante interesse municipal. **Proponho**, face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos da alínea b) do artigo 3.º e n.º 1 do artigo 13.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a minuta do contrato-programa que segue em anexo à presente proposta e que dela fica a fazer parte integrante, atribuindo-se deste modo um apoio

no montante de € 7.500,00. O respetivo pagamento ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei nº 54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia da Soalheira)

Aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia de Vale de Prazeres e Mata da Rainha

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 20 de maio de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que a Freguesia de Vale de Prazeres e Mata da Rainha solicitou a atribuição de um apoio financeiro no valor de € 15.000,00, destinado a compartilhar as obras de requalificação do polidesportivo de Vale de Prazeres, nomeadamente intervenções no piso, vedação e instalação de balizas; Considerando que o objetivo desta obra e o esforço de investimento visa promover a melhoria das condições para a prática desportiva de todos; Considerando que o pedido foi devidamente instruído conforme o disposto no artigo 8.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias; Considerando que a alínea b) do artigo 2 deste Regulamento determina que a atribuição de apoios às freguesias visa, designadamente, o apoio de forma criteriosa a iniciativas das freguesias que promovam atividades de relevante interesse municipal. **Proponho**, face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos da alínea b) do artigo 3.º e n.º 1 do artigo 13.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a minuta do contrato-programa que segue em anexo à presente proposta e que dela fica a fazer parte integrante, atribuindo-se um apoio no montante de € 15.000,00. O respetivo pagamento ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei nº 54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia de Vale de Prazeres e Mata da Rainha)

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes interveio para referir o seguinte: “o pedido sei que é deste ano, mas o orçamento é de 2017, e partindo do princípio, que as associações se

encontram regularmente com o município, gostaria só de saber se não foi equacionado direcionar este apoio para o programa de requalificação de instalações desportivas”.

Usou da palavra o Senhor Vice-presidente. “Só referir que o Grupo Desportivo não tem uma vida muito ativa, tem uma dimensão mais social do que propriamente desportiva ou competitiva, estamos a falar de um pedido que é proveniente da Junta de Freguesia e não deste Grupo que poderia com a sua atividade recorrer ao Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas (PRID) ou até a outros fundos comunitários para poder fazer essa reabilitação. Estamos a falar de um espaço que era da gestão da Junta de Freguesia que está cedido ao Grupo e trata-se de um projeto que visa reativar, sobretudo, nas camadas mais jovens, a possibilidade de terem um equipamento público onde possam jogar à bola. Estamos a falar de uma intervenção que não está para ser realizada agora, já houve um conjunto de intervenções e esta é uma parcela que falta concretizar e estão a pedir o apoio do município do Fundão para participar uma parcela dum projeto que tem bastante mais do que aquilo que está a ser requerido neste momento, daí o desfasamento dos orçamentos iniciais, com aquilo que está neste momento a ser concretizado. Aquilo que é mais pesado neste momento, é a substituição do piso que vai ter um relvado sintético, eu próprio já vi orçamentos, são muito inferiores a estes que serão complementados com a zona das vedações que aqui também estão propostas”.

Atribuição de apoio financeiro – Associação Junta de Agricultores de Donas

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vereador Dr. Pedro Neto, datada de 24 de maio de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que os Regadios Tradicionais são estruturas centenárias, construídas numa conjuntura de agricultura de autossuficiência das aldeias em que o acesso à água de rega era indispensável para assegurar a alimentação das famílias; Considerando que a descontinuidade que os regadios tradicionais introduzem na cobertura arbórea e arbustiva do território origina manchas de valor paisagístico excecional e contribui para a redução do risco de grandes incêndios; Considerando que os Regadios Tradicionais mantêm praticamente os valores ambientais que existiam prévios à sua implantação, nomeadamente porque são equilibrados com os recursos de água locais, bem como com os materiais construtivos, com pequena interferência na fauna e flora ripícolas e sem consumo de energia para elevar a água. Considerando que os regadios tradicionais têm uma sustentabilidade ambiental demonstrada ao longo de séculos de existência. Considerando que no âmbito da reabilitação e modernização do Regadio das Donas e Chãos, levada a cabo pela Junta de Agricultores das Donas, é necessário proceder anualmente a ações de limpeza nos 11 km que compõe a estrutura de Regadio

Tradicional das Donas e Chãos; Considerando que a Junta de Agricultores das Donas, solicitou a atribuição de apoio financeiro destinado a comparticipar a ações de limpeza aludidas; Considerando que as Autarquias Locais têm como atribuição, entre outras, a promoção do desenvolvimento local, conforme decorre expressamente da alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com as sucessivas alterações, devendo adotar políticas de apoio a esse mesmo desenvolvimento, que conduzam à melhoria das condições de vida das suas populações, promovendo o desenvolvimento rural; Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Fundão, que delibere, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, no sentido de aprovar a atribuição de um subsídio à Junta de Agriculturas das Donas, no valor de € 1.900,00 (mil e novecentos euros). O respetivo pagamento ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei nº 54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de apoio financeiro – Associação Junta de Agricultores de Donas)

Aprovação da doação do espólio do Prof. Hugues Michet de Varine-Bohan ao Município do Fundão

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 21 de maio de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que o Dr. Hugues de Varine é um museólogo de renome internacional, tendo sido o Diretor do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) e do Instituto Franco-Português em Lisboa, bem como Conselheiro no governo francês e Consultor Internacional para o Desenvolvimento Local, em outros aspetos relevantes do seu vasto curriculum; Considerando que se trata de uma personalidade que tem colaborado com a região e, em particular com o Município do Fundão, tendo sido agraciado com a Medalha de Ouro da Cidade do Fundão no ano de 2019; Considerando que o Dr. Hugues de Varine manifestou a sua vontade em doar livros, revistas científicas, documentos gráficos e fotográficos, *dossiers* de trabalho, entre outros; Considerando que, de acordo com o previsto no artigo 940.º do Código Civil, “*A doação é um contrato pela qual uma pessoa, por espírito de liberalidade e à custa do seu património, dispõe gratuitamente de uma coisa ou de um direito, ou assume uma obrigação em benefício de outro contraente*”; Considerando que, nos termos da alínea j) do n.º 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as sucessivas alterações, compete à Câmara Municipal

aceitar doações, **Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, em conformidade com a disposição constante na alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, com as sucessivas alterações, aceitar a proposta de doação respeitante ao espólio bibliográfico e científico do Dr. Hugues de Varine, o qual se encontra melhor identificado na minuta de Contrato que se junta em anexo à presente proposta – Anexo I - e que dela faz parte integrante, para ser integrado no inventário do Município do Fundão.**”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação da doação do espólio do Prof. Hugues Michet de Varine-Bohan ao Município do Fundão)

Aprovação da doação de diverso equipamento por parte da entidade Altran Portugal, SA ao Município do Fundão

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 24 de maio de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que a sociedade Altran Portugal, S.A., pessoa coletiva de direito privado n.º 504.272.179, se propôs doar ao Município do Fundão um conjunto de equipamentos, designadamente 68 conjuntos de 1000 unidades de luvas de proteção, 20 secretárias e 20 cadeiras, equipamentos esses melhor identificados na tabela que se junta em anexo à presente proposta – **Anexo I**; Considerando que esses equipamentos serão encaminhados para diversos serviços e instalações afetas ao Município do Fundão e deverão mitigar necessidades existentes; Considerando que, de acordo com o previsto no artigo 940.º do Código Civil, “ *A doação é um contrato pela qual uma pessoa, por espírito de liberalidade e à custa do seu património, dispõe gratuitamente de uma coisa ou de um direito, ou assume uma obrigação em benefício de outro contraente*”; Considerando que nos termos da alínea j) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as sucessivas alterações, compete à Câmara Municipal aceitar doações, **Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, em conformidade com a disposição constante na alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, com as sucessivas alterações, aceitar a proposta de doação de um conjunto de equipamentos da entidade Altran Portugal, S.A., pessoa coletiva de direito privado n.º 504.272.179, os quais se encontram identificados na tabela que se junta em anexo à presente proposta – Anexo I - e que dela faz parte integrante.**”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação da doação de diverso equipamento por parte da entidade Altran Portugal, SA ao Município do Fundão)

Mobilidade intercarreiras entre órgãos ou serviços – consolidação da mobilidade interna de dois colaboradores

Pelo Senhor Presidente foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Administração e Recursos Humanos, datada de 23 de abril de 2021, relativa à mobilidade entre órgãos ou serviços – consolidação, expressa no artigo 99.º-A da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, de dois colaboradores, e que se transcreve em parte...”Na sequência de procedimento concursal de mobilidade interna entre órgãos ou serviços, do Assistente Operacional - telefonista, Joaquim Manuel Salvado Pires, vir em mobilidade interna entre serviços, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra para o Município do Fundão, tendo iniciado funções a 1 de janeiro de 2020. Decorridos seis meses de exercício das suas funções, o trabalhador solicita a consolidação da sua mobilidade neste Município. Na sequência de procedimento concursal de mobilidade interna entre órgãos ou serviços, do Técnico Superior Jorge Miguel Duarte Batista Gaspar, vir em mobilidade interna entre serviços, do Município da Pampilhosa da Serra, tendo iniciado funções a 1 de setembro de 2020. Decorridos seis meses de exercício das suas funções, o trabalhador solicita a consolidação da sua mobilidade neste Município. Por despachos da Senhora Vereadora dos Recursos Humanos, datados de 17 de outubro de 2019, e 12 de agosto de 2020, foram colocados em mobilidade o assistente operacional Joaquim Manuel Salvado Pires e do técnico superior Jorge Miguel Duarte Batista Gaspar. Decorridos mais de seis meses de exercício de funções assistente operacional – telefonista e do técnico superior no Município do Fundão os colaboradores solicitaram a consolidação das suas mobilidades. Os requisitos previstos no artigo 99º-A supra reproduzido verificam-se nos casos dos trabalhadores supra elencados e os pareceres da responsável pela orgânica onde os colaboradores estão integrados foram favoráveis...”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a consolidação dos dois colaboradores. (Mobilidade intercarreiras entre órgãos ou serviços – consolidação da mobilidade interna de dois colaboradores)

3 – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

As informações referidas no texto da ata, encontram-se devidamente arquivadas nos respetivos processos na Divisão de Gestão Urbanística.

Cátia Gil Fragoso – construção de habitação – Barroca

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de uma habitação, em Cimo da Cova, Barroca.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 6 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA-, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Cátia Gil Fragoso – construção de habitação – Barroca)

Miguel Sequeira Valente – ampliação de moradia unifamiliar – Vale de Prazeres

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à ampliação de uma moradia unifamiliar, em Sítio da Castanheira – Monte Leal, Vale de Prazeres.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 7 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Miguel Sequeira Valente – ampliação de moradia unifamiliar – Vale de Prazeres)

Vítor Manuel Duarte Barrau – ampliação de edificação destinada a moradia unifamiliar – Fatela

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à ampliação de uma edificação destinada a moradia unifamiliar, na Rua da Igreja ou Estrada, Fatela.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições

apontadas no n.º 7 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Vitor Manuel Duarte Barrau – ampliação de edificação destinada a moradia unifamiliar – Fatela)

Álvaro Dias Gama – alteração e ampliação de habitação unifamiliar e anexo (legalização) – Janeiro de Cima

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização das obras de alteração e ampliação de uma habitação unifamiliar e anexo, em Alminhas (Rua do Rio), Janeiro de Cima.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura nas condições apontadas no n.º 5 da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º 6.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Álvaro Dias Gama – alteração e ampliação de habitação unifamiliar e anexo (legalização) – Janeiro de Cima)

João Paulo de Moura Luz Rocha – alteração e ampliação de habitação unifamiliar (licenciamento) – Telhado

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa ao licenciamento das obras de alteração e ampliação de uma habitação unifamiliar, na Tapada, Telhado.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura nas condições apontadas no n.º 6 da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (João Paulo de Moura Luz Rocha – alteração e ampliação de habitação unifamiliar (licenciamento) – Telhado)

José António Cardoso Transmontano Trindade Isidro – legalização de habitação unifamiliar, anexo e muro de vedação – Escarigo

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização de uma habitação unifamiliar, anexo e muro de vedação, em Sítio da Eira, Escarigo.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas nos pontos 1 e 2 do n.º 5 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 6.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (José António Cardoso Transmontano Trindade Isidro – legalização de habitação unifamiliar, anexo e muro de vedação – Escarigo)

Arminda Páscoa Morgadinho Martinho – legalização e ampliação de moradia unifamiliar – Silvares

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização e ampliação de uma moradia unifamiliar, na Rua da Pedreira, Silvares.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento dos projetos: nas condições apontadas no n.º 6 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Arminda Páscoa Morgadinho Martinho – legalização e ampliação de moradia unifamiliar – Silvares)

Cristina Isabel Batista Custódio – ampliação de habitação unifamiliar (licenciamento) – Lavacolhos

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa ao licenciamento das obras de ampliação de uma habitação unifamiliar, na Rua da Travessa, Lavacolhos.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura nas condições

apontadas no n.º 5 da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º 6.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Cristina Isabel Batista Custódio – ampliação de habitação unifamiliar (licenciamento) – Lavacolhos)

Carlos Marques Gil – legalização de obras executadas e alteração de moradia unifamiliar, anexos, piscina e muros de vedação – Silvares

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização de obras executadas e alteração de uma moradia unifamiliar, anexos, piscina e muros de vedação, em Vale das Relvas, Silvares.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 6, da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao requerente, e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Carlos Marques Gil – legalização de obras executadas e alteração de moradia unifamiliar, anexos, piscina e muros de vedação – Silvares)

Teresa Quelhas – Farmácia Silvares, Unipessoal, Lda. – ampliação de edificação destinada a comércio – Silvares

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à ampliação de uma edificação destinada a comércio, na Avenida do Brasil n.º 36, Silvares.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 7 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Teresa Quelhas – Farmácia Silvares, Unipessoal, Lda. – ampliação de edificação destinada a comércio – Silvares)

Maria Clara Dias Simões Gaspar – ampliação de edificação destinada a comércio e serviços – Janeiro de Cima

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à ampliação de uma edificação destinada a comércio e serviços, na Rua do Bairro Industrial 12, Janeiro de Cima.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 8 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Maria Clara Dias Simões Gaspar – ampliação de edificação destinada a comércio e serviços – Janeiro de Cima)

Joaquim Marques Francisco – construção de armazém agrícola – Alcongosta

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à construção de armazém agrícola, em Carqueijal ou Quinta da Serra, Alcongosta.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 6 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Joaquim Marques Francisco – construção de armazém agrícola – Alcongosta)

Daniel Paulico Fradique – construção de armazém e legalização de arrumos – Fundão

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de armazém e legalização de arrumos, em Monte do Seixo ou Ribeiro do Seixo, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura nas condições apontadas no n.º 6 da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Daniel Paulico Fradique – construção de armazém e legalização de arrumos – Fundão)

Albert Edward Crick – legalização de armazém agrícola e piscina – Alpedrinha

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização de armazém agrícola e piscina, na Ribeira de Cima - Alvanéis, Alpedrinha.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 7 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Albert Edward Crick – legalização de armazém agrícola e piscina – Alpedrinha)

António Geraldes Ramos – legalização e alteração de unidade de transformação de produtos agrícolas - Capinha

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização e alteração de unidade de transformação de produtos agrícolas, em Tecelais ou Poldras, Capinha.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 7 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA – dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (António Geraldes Ramos – legalização e alteração de unidade de transformação de produtos agrícolas - Capinha)

DUJOLUFA – Investimentos Imobiliários, S.A. – informação prévia para viabilidade de construção de habitação unifamiliar – Vale de Prazeres

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa a um pedido de informação prévia para viabilidade de construção de habitação unifamiliar, em Prados, Vale de Prazeres.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Notificar o requerente: conforme e nos termos propostos no n.º 8 da info. técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (DUJOLUFA – Investimentos Imobiliários, S.A. – informação prévia para viabilidade de construção de habitação unifamiliar – Vale de Prazeres)

Jorge Miguel Nabais Pereira – isenção de taxas – Souto da Casa

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à isenção de pagamento de taxas pela emissão do alvará de obras de construção e de utilização de habitação unifamiliar própria e permanente, em Andarilho, Souto da Casa.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido de isenção do pagamento de taxas, de acordo com a proposta do n.º 4 da informação técnica prestada ; 2 – Dar conhecimento- nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º 5.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Jorge Miguel Nabais Pereira – isenção de taxas – Souto da Casa)

Aida Maria Porfírio Mendes – compropriedade - Castelejo

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Quelhas ou Cortinal, Castelejo, através do qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Aida Maria Porfírio Mendes – compropriedade – Castelejo)

André Santos – compropriedade – Vale de Prazeres

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Quinta, Vale de Prazeres, através do qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (André Santos – compropriedade – Vale de Prazeres)

5 – INFORMAÇÕES**Balancete do dia 26 de maio de 2021**

Total de Disponibilidades -----	2.066.841,29€
Total de Movimentos de Tesouraria -----	2.177.051,65€
Operações Orçamentais -----	1.701.936,81€

A Câmara Municipal tomou conhecimento do balancete relativo ao dia 26 de maio de 2021.

E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu como encerrada a reunião. Para constar se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente _____

A Diretora do Departamento de Administração e Finanças _____